



## **MUNICÍPIO DE ALCOCHETE**

**CÂMARA MUNICIPAL**

**N.º 19**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

**REALIZADA**

**EM 01 DE OUTUBRO DE 2025**

## ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA .....	4
B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO .....	20
C. ORDEM DO DIA.....	47
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA .....	48
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES.....	48
3. APROVAÇÃO DE ATAS.....	48
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VEREAÇÃO:.....	49
4.1. PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL COM PUBLICAÇÃO NO JOUE PARA “AQUISIÇÃO DE BENS ALIMENTARES PARA OS REFEITÓRIOS ESCOLARES E MUNICIPAL, DURANTE O ANO DE 2026” - PROC.º 481/25CP: .....	49
1. INÍCIO DO PROCEDIMENTO (AUTORIZAÇÃO DA DESPESA / DECISÃO DE CONTRATAR); .....	49
2. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO E APROVAÇÃO DAS PEÇAS (PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS);.....	49
3. DESIGNAÇÃO DO JÚRI; .....	49
4. NOMEAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO.....	49
4.2. PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A FORMAÇÃO DO CONTRATO DE EMPREITADA DE “RENOVAÇÃO DA REDE DE CONDUTAS DE ADUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LOCAL A PARTIR DOS RESERVATÓRIOS DO BATEL - ALCOCHETE”, -PROCESSO I-23/23/CP: RATIFICAÇÃO DO ATO - APROVAÇÃO DA MODIFICAÇÃO OBJETIVA AO CONTRATO / APROVAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA / APROVAÇÃO DE ADENDA AO CONTRATO INICIAL .....	53
4.3. PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A FORMAÇÃO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS ALIMENTARES PARA OS REFEITÓRIOS MUNICIPAIS” – PROCESSO N.º 1158/24/CP: APROVAÇÃO DA MODIFICAÇÃO OBJETIVA AO CONTRATO POR ACORDO ENTRE AS PARTES (CONVERSÃO DAS UNIDADES DE MEDIDA), NOS CONTRATOS N.º 1122 E N.º 1123 - APROVAÇÃO DE ADENDAS AOS CONTRATOS INICIAIS .....	55
4.4. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE E O INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO. ....	59
4.5. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA COM O FPAM - GRUPO MOTARD DE ALCOCHETE.....	61
4.6. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA COM O FUTEBOL CLUBE DE SÃO FRANCISCO.....	62
4.7. EMISSÃO DE LICENÇA PARA USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA INSTALAÇÃO DE 2 POSTOS DE CARREGAMENTO PARA VEÍCULOS ELÉTRICOS, NA RUA RUY DE SOUSA VINAGRE, EM ALCOCHETE COM 2 POSTOS/QUATRO PONTOS E QUATRO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO – PROJETO RUAS ELÉTRICAS .....	63

<b>4.8. CONTRATO PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE PARCELA DE TERRENO NA “QUINTA DA PACHECA” .....</b>	<b>68</b>
<b>4.9. CÓDIGO DE CONDUTA DO MUNICÍPIO DE ALCOCHETE – APROVAÇÃO E SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL .....</b>	<b>71</b>
<b>4.10. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECURSO A RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA PARA PROVIMENTO GRADUAL DE OITO POSTOS DE TRABALHO DA CARREIRA DE ASSISTENTE OPERACIONAL, ÁREA DA EDUCAÇÃO, NO REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO A TERMO INCERTO .....</b>	<b>73</b>
<b>4.11. ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE DOIS ASSISTENTES OPERACIONAIS NA ÁREA DO RECOLHA DE RESÍDUOS E BIO RESÍDUOS, NO REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO .....</b>	<b>75</b>
<b>5. APOIOS FINANCEIROS .....</b>	<b>76</b>
<b>6. INFORMAÇÕES .....</b>	<b>77</b>
<b>D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO .....</b>	<b>77</b>
<b>ENCERRAMENTO .....</b>	<b>91</b>

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes as senhoras vereadoras Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e Ana Sofia Madeira Maduro e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Jorge Manuel Pereira Giro e Pedro Jorge Marcelino Ferreira.

Faltou por motivo considerado justificado o senhor vereador Dário João Ferra Moura.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

#### **A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia o senhor presidente apresentou o seguinte:

- Nota Evocativa – 77.º Aniversário do falecimento do Padre Cruz

«Assinala-se hoje o septuagésimo sétimo aniversário da morte do Padre Cruz, do nosso Santo Padre Cruz.

Figura maior da Igreja em Portugal, mas sobretudo exemplo máximo de simplicidade e entrega ao próximo, Francisco Rodrigues da Cruz nasceu em Alcochete a 29 de julho de 1859 e dedicou a sua vida a servir os mais pobres e marginalizados, tornando- se um símbolo de bondade e esperança.

Conhecido como “Apóstolo da Caridade”, o Padre Cruz permanece como exemplo de solidariedade, humildade e compaixão, valores que devem continuar a inspirar gerações e a fortalecer laços na nossa comunidade.

Neste dia de memória, evocamos a sua vida e obra, reafirmando a importância de manter vivos os princípios de fraternidade e serviço ao próximo que marcaram o seu percurso.

Que o exemplo do santo padre Cruz continue a iluminar o caminho de cada um de nós.»

– Saudação - Dia Mundial da Música

«O Dia Mundial da Música comemora-se anualmente a 1 de outubro.

Esta data foi instituída em 1975 pelo *International Music Council*, uma instituição fundada em 1949 pela UNESCO, que reúne várias entidades e individualidades do mundo da música.

Desta forma, hoje celebramos a linguagem universal que une povos, culturas e gerações — a Música.

Em Alcochete, esta arte encontra raízes profundas nas suas instituições seculares, que, com dedicação e talento, têm preservado e promovido um património cultural de valor inestimável.

A Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898 de Alcochete e a Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense são exemplos vivos de perseverança, rigor e amor à música. Ao longo de décadas, estas coletividades formaram músicos, elevaram tradições e levaram o nome da nossa terra mais além, sempre com um trajeto irrepreensível na arte musical.

Neste Dia Mundial da Música, prestamos homenagem a todos os que, através destas duas notáveis sociedades, deram e continuam a dar vida a partituras, memórias e emoções, fazendo da música um elo de identidade e orgulho para Alcochete.

Que a música continue a ser, sempre, o som que nos une.»

– Saudação Dia Internacional das Pessoas Idosas e Dia Nacional do Idoso

«Em 14 de dezembro de 1990, a Assembleia Geral das Nações Unidas designou o dia 1.º de outubro como o Dia Internacional das Pessoas Idosas.

A Organização das Nações Unidas (ONU) comemora a data, em 2022, com o tema “Resiliência de pessoas idosas em um mundo em mudança”. A temática pretende incentivar os países a chamarem a atenção e a desafiarem estereótipos negativos e equívocos sobre pessoas idosas e envelhecimento, e permitir que esses indivíduos realizem seu potencial.

A composição da população mundial mudou drasticamente nas últimas décadas. Entre 1950 e 2010, a expectativa de vida em todo o mundo subiu de 46 para 68 anos. Globalmente, havia 703 milhões de pessoas com 65 anos ou mais em 2019.

Nas próximas três décadas, a população idosa no mundo deverá mais que dobrar, atingindo mais de 1,5 bilhão de pessoas em 2050, com aumento mais rápido ocorrendo nos países menos desenvolvidos, onde o número de pessoas com 65 anos ou mais pode aumentar de 37 milhões em 2019 para 120 milhões em 2050 (225%).

Assim, hoje celebramos aqueles que carregam em si a sabedoria dos anos, a memória das histórias e a ternura das raízes que nos sustentam.

O Dia Internacional das Pessoas Idosas e o Dia Nacional do Idoso são um convite a parar e a reconhecer o valor de quem construiu, com esforço e dedicação, o caminho que hoje percorremos.

Os idosos são guardiões de afetos, de tradições e de experiências únicas. São exemplo de resiliência, de entrega e de amor incondicional. A sua presença lembra-nos que cada etapa da vida é preciosa e que o respeito e a gratidão devem ser companheiros de todos os dias.

Neste dia, prestamos homenagem a todas as pessoas idosas, com um profundo reconhecimento pela herança que representam e pela inspiração que continuam a oferecer.

Que nunca falte carinho, dignidade e cuidado a quem tanto nos deu e continua a dar.

Aos nossos idosos, um sincero obrigado — hoje e sempre.»

– Nota de Reconhecimento - Dra. Susana Teixeira de Sousa

«A Dra. Susana Teixeira de Sousa, natural e residente em Alcochete é médica Pneumologista, com competência nacional e europeia em Medicina do Sono.

Do seu vasto currículo destacamos o trabalho desenvolvido como Coordenadora da Unidade de Medicina do sono dos Hospitais CUF Tejo e CUF Descobertas, Presidente do Colégio da Competência em Medicina do Sono da Ordem dos Médicos, Professora convidada na Nova *Medical School* da Universidade Nova de Lisboa e ainda como regente da Unidade Curricular de Medicina do Sono, no mesmo estabelecimento de ensino.

A Dra. Susana Sousa é ainda líder do projeto “Um Sono de Mulher”, do qual fazem parte Patrícia Farinha e Andreia Carriço, profissionais ligadas aos Cuidados Respiratórios Domiciliários e Cátia Jorge, jornalista de Saúde.

Desde 2021 que este projeto promove a literacia em saúde do sono, com especial incidência no sono da Mulher. Em 2024 lançaram um livro, intitulado “O Sono Delas”, que consiste numa coletânea de contos, cada um baseado em um caso clínico real. Este livro foi escrito por cinco reconhecidas autoras nacionais.

Mantendo o mesmo objetivo de chegar á população abordando a importância do sono na mulher, já em 2025, decidiram usar outra manifestação de arte, no caso, a fotografia.

“Quando as Mulheres dormem” é o nome da coleção de 12 fotografias, da autoria de Sandra Ventura e Tiago Batista onde se mostra o lado não romantizado do sono das mulheres, sabendo que por norma a mulher é a primeira a acordar e a última a deitar-se, contribuindo para um estado de exaustão permanente e, em última análise, uma fragilização do estado geral de saúde física, cognitiva e emocional.

Criado há quatro anos, este projeto liderado por uma Alcochetana viu o seu trabalho ser reconhecido pela *World Sleep Society* com o prémio Libório Parrino, que valoriza a criatividade artística das iniciativas desenvolvidas no âmbito do Dia Mundial do Sono. Tendo a Dra. Susana Sousa, no passado mês de setembro, rumado até Singapura para receber esta distinção no decorrer do 18.º Congresso Mundial do Sono.

Manifestamos, assim, o nosso reconhecimento pelo trabalho desenvolvido e felicitamos a Dra. Susana Sousa e a sua equipa pelo prémio com que foram distinguidas. Acreditamos que este galardão internacional constitui um motivo de orgulho, mas também uma referência de excelência científica e social para o nosso concelho

Expressamos a nossa gratidão e orgulho, desejando as maiores felicidades na continuidade de um percurso que significa a ciência, a sociedade e, naturalmente, Alcochete.»

Continuou partilhando a seguinte reflexão:

«Partilho uma reflexão sobre aquilo que tem sido o exercício do Poder Local desenvolvido por este Executivo e naquilo que eu considero ser a minha pessoa na situação. Não estou a aproveitar este tema para fazer campanha eleitoral, porque acho que não é correto fazê-lo, mas é importante continuar a ser a pessoa que sempre fui ao longo de toda a minha vida e particularmente, ao longo destes últimos 8 anos, em que acredito que eu e todos aqueles que hoje aqui se encontram presentes, a senhora vice-presidente, a senhora vereadora, os senhores vereadores, deram seguramente e, não tenho absolutamente nenhuma dúvida disso, o melhor de si em prol de um desígnio maior, que é a terra que nos viu nascer, que nos acolheu, onde trabalhamos, onde vivemos e onde seguramente muitos de nós irão ficar aqui para além da vida terrena.

Mas não posso deixar de me recordar de um conjunto largo de peripécias que desde o primeiro momento que aqui cheguei, até à data de hoje, tive oportunidade de passar. Foram momentos de muita emoção, de muita alegria, de muita vivência e até porque esta é a nossa última reunião de câmara neste quadro político que estamos a viver, agradeço muito a todas e a todos funcionários da câmara municipal, aqueles que aqui trabalharam, que mais de perto comigo lidaram, todo o carinho que me dispensaram, todo o apoio que me deram, fizeram de mim melhor pessoa, não tenho absolutamente nenhuma dúvida.

Mas este caminho foi um caminho cheio de adversidades, foi um caminho cheio de obstáculos, foi um caminho onde me recordo que no 1.º mandato, enfim, na socapa do final do dia, na socapa da noite, tiravam fotografias ao carro que me estava atribuído, descobrindo

lá uma cadeirinha de bebé para me prejudicar e para dizerem que eu fazia uso de peculato e que utilizava a viatura da câmara municipal para fins que não aqueles que estavam adjacentes à minha função. Nada mais errado, até porque o Ministério Público reconheceu que isso faz parte da nossa atividade, faz parte da nossa vida, temos vida para além daquela de sermos presidentes de câmara. Depois dar-lhes nota que isso, naturalmente acabou de alguma maneira, não diria prejudicar-me, mas influir com aquilo que é a minha vida familiar, com a minha vida privada, com a minha vida fora da câmara municipal.

Depois, recordo-me que às páginas tantas, havia quem se desse ao trabalho de se deslocar ao colégio onde os meus filhos estudavam para tirar fotografias da escola. Só faltou tirarem fotografias com os miúdos, também no sentido de dizer que os meus filhos estudavam num colégio e que não estudavam na escola pública. São murros no estômago que nós vamos levando e que vamos sentindo que não matam, mas moem, naturalmente.

Depois, para mim, foi algo que o maior aborrecimento me causou, até porque, na altura, o meu pai ainda era vivo, estava hospitalizado numa clínica e há quem às três da manhã, ligue para a minha residência, para o telefone fixo da minha residência, dando nota de que o que é que tinha acontecido ao Fernando Pinto, porque as notícias nas redes sociais eram de que o Fernando Pinto não tinha dado ouvido aos seus amigos, não tinha dado ouvido aos seus médicos e estava muito mal, internado no hospital.

Imaginem o meu pai, debilitado, na altura ainda vivo, internado numa unidade hospitalar, ficar com a percepção que o seu filho estaria ali, praticamente a falecer, apenas e só porque interesses políticos, determinadas forças políticas achavam que isso era importante fazer para se derrubar o estigma, aquilo que movia o Fernando Pinto no seu serviço público. Não estava, não morri, hei de morrer seguramente um dia, não fui parar a nenhum hospital, estava deitado ao lado da minha esposa, no meu quarto, com os meus filhos que na altura existiam, a dormir e, portanto, não passou de uma difamação.

Antes de vir para aqui tive o cuidado, de tirar 3 frases relativamente a 3 homens que já são falecidos, mas a 3 homens que eu admirei muito e que tive a oportunidade ainda de os ver e de os ouvir, Francisco Sá Carneiro, Mário Soares e Álvaro Cunhal.

Também, acontecendo isso ao longo destes 8 anos, de distorcer a minha imagem, distorcer as minhas palavras, colocá-las fora do contexto das minhas afirmações e recordo-me também, quando um dia sou entrevistado pelo Canal 1 da RTP, aqui sobre uma questão colocada por uma jornalista, o que é que eu achava de que existiam pessoas que tinham mudado de opinião sobre a localização do aeroporto e perguntavam-me o que é que acho, que moveu essas pessoas mudarem de opinião. Eu, na altura, respondi, bom, eu acho que isso deve perguntar às pessoas, mas provavelmente mudam-se os tempos, mudam-se as vontades.

Então, não é que houve alguém que agarrou nessa frase e colocou isso na minha boca, como se eu estivesse a justificar que tinha tido uma opinião sobre a localização do aeroporto num determinado sítio e que agora a minha opinião teria mudado para outra coisa. Nada mais enganador, magoou-me, porque há aqui um conjunto de pessoas que eu tenho um enorme respeito, que me respeitam e que eu acho que é isso que tem de acontecer. Até porque dia 12 são as eleições autárquicas, mas depois é importante a gente não se esquecer que a seguir ao dia 12 vem o dia 13, vem o dia 14, vem o dia 15 e, por aí fora, portanto, a vida não para no dia 12 e eu, seguramente, continuarei com estes que aqui estão, a ter a mesma relação que tenho hoje, relação de respeito, em alguns casos, relação de amizade, porque são muitos anos que a nossa vida já absorveu, já nos conhecemos muito para além daquilo que é o nosso vínculo político ou as nossas ideologias políticas.

Depois, um conjunto de insinuações, de mentiras, de acusações infundadas. Enfim, eu tenho pena que efetivamente a nossa justiça seja demasiadamente branda nestas matérias, porque todas estas questões, como devem imaginar e tudo aquilo que eu tive a oportunidade de vivenciar, naturalmente, de alguma maneira, pesaram sobre aquilo que é a minha pessoa, mas mais importante do que isso, pesaram sobre aqueles que me conhecem há muitos anos, que vivem comigo, como é o caso da minha mulher, dos meus filhos e como devem imaginar, não é de bom tom falar-se e os meus filhos pensarem que o pai é uma coisa e não é aquilo que todos os dias vivem com ele em casa.

Entendo que Francisco Sá Carneiro tinha muita razão numa frase que lhe foi atribuída, que ele disse, e que se tornou célebre, que a política sem risco é uma chatice, mas sem ética é efetivamente uma vergonha.

Nós hoje estamos a colher no nosso país, na Europa e no mundo, os laivos do ódio, os laivos da raiva, os laivos da falta de educação, mas mais importante do que tudo isso, a falta de princípios e valores e Álvaro Cunhal, que era uma figura enigmática, era um ser único e múltiplo, nunca foi um homem de paredes de vidro, foi um homem que nunca quis protagonismo para ele, foi um homem que discutia, quer com Francisco Sá Carneiro, quer com Mário Soares.

Todos nós, todos, sem exceção, ao ouvirmos estas 3 figuras icónicas da nossa política nacional, todos tirávamos seguramente ilações e ficávamos com grandes lições de moral, que é uma coisa que hoje nos falta um pouco em toda a sociedade e particularmente nos protagonistas políticos.»

Continuou abordando o tema do Plano de Pormenor da Quinta da Coutadinha e da questão do número de pisos dos prédios, explicando que a Quinta da Coutadinha é um conjunto de terrenos privados, um espaço que esteve sempre abandonado e que nunca teve atividade económica, atividade turística, que nunca teve aproveitamento florestal ou agrícola. É um espaço que servia apenas e só para depósito de inertes ilegais e que a câmara municipal ia notificando os proprietários para retirarem esses inertes ou, quando os donos não o faziam e por uma questão de saúde pública, por uma questão de aspeto, a própria Câmara Municipal de Alcochete fazia essa mesma limpeza.

Referiu que o Executivo iniciou no mandato anterior um processo para a elaboração de um Plano de Pormenor, onde surgiram várias ideias, existindo já um plano estratégico definido na câmara municipal, que serviu de inspiração para se poder introduzir novas ideias, criando equipamentos que possam efetivamente salvaguardar lacunas de Alcochete, tais como um pavilhão multiusos, um novo quartel dos bombeiros, um polo universitário, serviços de saúde, serviços de lazer, ou seja, espaços para todos poderem desfrutar. Sobretudo, para se criar habitação, até porque a habitação é um problema que não existe apenas em Alcochete, é um problema transversal a todo o país e é necessário criar regulamentação própria para se poder exigir que nesses e outros loteamentos, uma percentagem significativa desses lotes possam ser destinados aos jovens de Alcochete, para que eles não tenham de sair de Alcochete e passarem a residir noutras concelhos limítrofes.

Expôs que em meados de junho, após ter recebido mais uma proposta da equipa que está a desenvolver o Plano, uma equipa externa, bastante conceituada, fez gosto de partilhar essa matéria com os constituintes que faziam parte da Comissão do Urbanismo os quais são elementos cooptados da Assembleia Municipal de Alcochete e onde a razão dessa reunião era a discussão do ponto em que se encontrava a revisão do Plano de Diretor Municipal.

Informou que a reunião foi gravada e passado dois meses, já em pleno mês de setembro, há um senhor deputado da Assembleia Municipal, que faz parte da Comissão, que solicitou a gravação dessa reunião, a qual lhe foi cedida. Na última Assembleia Municipal, o senhor deputado apresentou algumas questões às quais teve a oportunidade de explicar. Todavia e para seu espanto, verificou que no dia de ontem, numa publicação nas redes sociais de um outro partido, aparece precisamente essa gravação, o que na sua perspetiva é muito estranho, ressalvando não estar a insinuar coisa alguma.

Afirmou que a referida reunião era privada e se quisesse falar publicamente sobre o assunto, já o teria feito, não o tendo realizado por uma razão que considera maior a todos os interesses, esclarecendo que os Planos de Pormenor, são Planos que vão acontecendo com um conjunto de propostas que vão sendo analisados e retificados, estando em causa um território que tem 136 hectares e que se todos os proprietários concordarem, desses 136 hectares, cerca de 115 hectares é que serão utilizados.

Na última proposta que a empresa enviou em junho, surgiu a criação de quatro pilares que distinguissem aquele território para a implementação de serviços, a qual ainda não foi objeto de análise por parte do Executivo e dos técnicos da câmara municipal, frisando que qualquer pessoa séria, ou que tenha consciência de como é que tudo isto se processa, tem de saber e quando não sabe pergunta, não insinua, porque perguntar é um sinal de inteligência e insinuar é um sinal maldoso, é um sinal de que alguém quer mal a alguém.

Asseverou que a proposta, retrata efetivamente a construção de quatro torres que poderiam ter até 12 pisos, porém e quem o conhece, sabe que isso não será possível, esclarecendo que não é o município que define junto da equipa, se os prédios que na proposta, que vão apresentar só podem ter 5, 2 ou 3 andares, isso seria retirar a criatividade de quem está a trabalhar. As equipas técnicas externas fazem o seu trabalho e, posteriormente, compete ao

Executivo fazer a sua análise e dizer o que é que tem de ser alterado, tal e qual como foi feito com os índices de construção e com as percentagens que se atribuiu àquele território, 60% para comércio e serviços e 40% para habitação.

Considera que abordar esta questão da forma como tem sido, é de muita má-fé, sublinhando que é um não assunto, porque esta proposta levará alguns anos a ser amadurecida, onde provavelmente não será este Executivo que irá fazer esse trabalho e que a câmara municipal há de ter o seu tempo para discutir, para analisar, votar e submeter a consulta pública para que as pessoas se possam pronunciar.

O senhor vereador Jorge Giro recordou que em 2017, quando o senhor presidente e restante Executivo tomaram posse, a primeira ação foi lançar um comunicado, onde por pertencer ao anterior executivo foi chamado de gestor irresponsável, gestão danosa, dívidas relacionadas com a água no valor de €1.000.000,00, onde nesse valor constava a fatura de dezembro que ainda não tinha sido recebida, entre uma panóplia de coisas que também tinham má-fé, salientando e que também ele tinha filhos já crescidos, maiores do que os do senhor presidente. Todavia não está a “enfiar a carapuça” sobre as frases proferidas pelo senhor presidente.

Afirmou que os eleitos da CDU não são contra qualquer Plano de Pormenor para a Quinta da Coutadinha, até como referido pelo senhor presidente, já existia um pensamento para esse local, que embora não fosse um Plano de Pormenor, já previa uma provável instalação de serviços, de tudo o que é bom para a população de Alcochete, ficando apenas na dúvida se o mesmo já contemplaria ou não alguma habitação, mas que em caso afirmativo seria algo muito reduzido face à atual percentagem que representa cerca de mais 8000 novos moradores, estando convicto, tal como referiu na última reunião de câmara, que isso irá fazer perder a identidade de Alcochete, porém a única coisa contra o qual se insurgiu foi com a construção de 4 torres, referindo não estar contra que se façam duas de 6, está contra que se faça uma de 12, porque antevê que venham a ser construídas muitas mais.

Asseverou que na data de hoje o que está preconizado para aquela área, além de todos os serviços, os prédios, os espaços verdes, são 4 torres de 12 ou 13 andares e será somente isso que não quer que exista.

Retomando o assunto das antigas acusações e boatos, referiu que no passado também teve um ano preocupante com alguém que hostilizou o seu filho, na altura com 6 anos, reconhecendo que em qualquer dos casos esta não é a forma de fazer política, lembrando que o Dr. Luís Franco, antigo presidente da Câmara Municipal de Alcochete, foi acusado de estar a prestar serviços numa câmara na margem sul, como se fosse um “tacho”, por alguém que posteriormente veio trabalhar para esta câmara a recibos verdes e que agora se encontra nos quadros, apontando que em todos quadrantes políticos há quem aja melhor e quem aja pior.

O senhor presidente afirmou que se revê em tudo aquilo que o senhor vereador Jorge Giro referiu sobre o Plano de Pormenor da Coutadinha, todavia questiona como é que é possível dizer que isso é o que está pensado, quando o assunto nem sequer foi analisado. Ao longo de 6 ou 7 anos em que se trabalha neste Plano de Pormenor já existiram várias alterações, onde inclusivamente o Plano foi iniciado por uma empresa e, posteriormente, foi adjudicado a outra empresa que apresentou uma proposta em junho.

Aludiu que na referida reunião da Comissão, poderia nem sequer ter abordado o assunto, mas que o fez de forma contente, pela maneira empenhada em se conseguir uma oportunidade para implementar um conjunto de equipamentos que são importantes para Alcochete, criando habitação a rendas acessíveis para que os jovens do concelho não tenham de ir viver para outro local.

Esclareceu que ao declarar que a gestão do anterior Executivo foi algo danosa, não está a invadir a vida privada do senhor vereador Jorge Giro, da sua esposa, dos seus filhos ou da sua saúde, contudo fizeram-no com a sua pessoa e família.

O senhor vereador Jorge Giro explicou que quando a maioria CDU idealizou a requalificação da Frente Ribeirinha instruiu a equipa projetista sobre a ideia concebida com mais ou menos curva ou com mais ou menos pedra e que não valeria a pena fazer algo diferente, referindo que o mesmo poderia ser aplicado neste Plano, onde a empresa responsável pela elaboração do Plano já teria uma orientação onde não constasse torres.

O senhor presidente elucidou que não é a câmara que está a pagar o Plano de Pormenor, respeitando, contudo, quem o está a fazer, reiterando que ninguém falou em torres para nenhum arquiteto ou engenheiro. Somente foram definidos os índices de construção e os equipamentos que são necessários implementar.

Seguidamente o senhor vereador Jorge Giro afirmou que após ter consultado o Portal Base deparou-se com 2 casos que lhe despertaram a atenção. A primeira situação tem a ver com um furo de captação de água na freguesia do Samouco, cuja verba de €144.825,00 foi inscrita no dia de hoje no referido Portal, o que considera um valor exagerado.

A segunda situação prende-se com os espaços verdes, onde entre o dia 10 e 17 de setembro foram adjudicados à mesma empresa, vários trabalhos no valor de €185.727,00, questionando se esta opção não deveria ter ficado para o próximo Executivo o qual poderia decidir se queria adjudicar os trabalhos a empresas externas, ou se queriam contratar trabalhadores, apontando que entre 2022 e 2025 foram adjudicados trabalhos de espaços verdes, transporte e remoção de areias das Festas do Barrete Verde no valor de €605.473,00.

O senhor presidente afirmou que os procedimentos são processos que levam imenso tempo, dando como exemplo as questões relacionadas com o Natal que já foram trabalhadas há 2 meses.

Sobre os espaços verdes informou que esta foi uma opção do Executivo, onde o município investiu €600.000,00 para preservar estes espaços em todo o concelho, onde é feito um concurso público, onde as empresas que concorrem têm de respeitar os devidos critérios, sendo-lhe indiferente qual a empresa que o executa. Porém, defende que tudo isto está inquinado, porque é contra os procedimentos da contratação pública que impedem que as autarquias trabalhem com uma empresa e, se essa empresa, presta um serviço extraordinário em relação a qualquer matéria, o município está condicionado, ao fim de 3 ou 4 anos, ou por um valor em questão, ter de mudar para outra empresa, compreendendo que é a igualdade de mercado a funcionar.

Reiterou que a verba investida foi uma opção política do Executivo, considera que foi um bom investimento, tendo em conta os espaços públicos, os espaços verdes, como eles se encontram, não obstante de pontualmente aparecer algum problema, sendo certo que atualmente, Alcochete tem espaços mais dignos, mais bonitos, mais atrativos do que aqueles que efetivamente tinha.

O senhor vereador Pedro Lavrado, por solicitação do senhor presidente, sobre a questão dos concursos dos espaços verdes, acrescentou que são várias adjudicações, porque foi feito um concurso público por lotes, com vários lotes, onde existe um lote para Alcochete, um lote para São Francisco, um lote para Samouco, um lote para o abate e outro para a poda de árvores, explicando que o concurso público foi lançado ao mesmo tempo, sendo natural que também termine ao mesmo tempo. Para cada lote há um contrato que é feito com o vencedor, pode ser a mesma empresa, pode ser várias empresas, sendo que é a melhor proposta que vence, não só de preço, mas mediante vários critérios.

Sobre o furo no Samouco esclareceu que irá ser efetuado um furo novo, visto que o furo existente junto à rede da Base Aérea n.º 6 está com problemas, com uma fissura na tubagem a qual não é reparável. O valor corresponde à execução do novo furo e à selagem do furo antigo, que até por Lei tem de ser feita antes da construção do novo furo.

O senhor vereador Pedro Ferreira sobre a Quinta da Coutadinha recordou que o senhor presidente afirmou que o crescer em altura é para um melhor ambiente, para ocupar menos solo, sobre o qual conclui que esse era o pensamento não só da equipa que está a trabalhar no Plano, mas também era o do senhor presidente e em momento algum disse que havia uma equipa externa. O que a câmara deveria ter informado aos membros da Comissão do Urbanismo da Assembleia Municipal de Alcochete, em que a equipa externa está a pensar nesta solução, mas que irá ser rejeitada.

Afirmou que o senhor presidente percebeu que caiu num erro e que não seria esse o caminho, hoje referiu que os prédios podem ser de serviços, mas na explicação que deu na assembleia municipal e que transmitiu na última reunião de câmara, foi no sentido que eram por causa da habitação, como hoje também voltou a mencionar que era por causa da

habitação, criando condições com preços acessíveis também para fixar os jovens, porque começa a ser difícil os jovens terem acesso à habitação própria.

Recordou que existe uma Estratégia Local de Habitação e que na sua opinião irá ser um falhanço, porque a câmara municipal não vai conseguir cumprir o objetivo das 50 habitações, onde até ao momento só foram atribuídas 6, num projeto que foi aprovado em dezembro de 2020 e embora tenha conhecimento que a câmara já está a desenvolver os procedimentos para mais 20 fogos, não chegará às 50.

Concluiu, enviando cumprimentos ao atleta Rui Morgado, residente na freguesia do Samouco, que embora tivesse estado presente no Campeonato do Mundo de MMA, não conseguiu combater, pelo motivo de doença, desejando que este episódio do seu percurso lhe traga motivação.

O senhor presidente afirmou que sobre o Plano de Pormenor da Quinta da Coutadinha está completamente tranquilo, até porque ainda não teve a oportunidade de analisar a proposta de forma exaustiva, esperando que no futuro, a seu tempo e em conjunto com a CDU essa análise seja efetuada.

Acerca da Estratégia Local de Habitação partilhou que, infelizmente, o problema de não se conseguir cumprir não é apenas e só um problema, sublinhando que não justifica o insucesso de Alcochete com o insucesso dos outros, solicitando que o senhor vereador Pedro Ferreira indicasse um município do país onde foi ou será cumprido a 100%, mas que provavelmente terá dificuldades em encontrar um que seja, não porquê o senhor ou a senhora presidente ou trabalhadores das autarquias são incompetentes, mas sim derivado à falta de mão de obra em Portugal, lembrando que o município de Alcochete teve concursos que ficaram desertos e que não se prendiam apenas com a construção de habitação social, exemplificando com o Complexo Desportivo de São Francisco, onde o procedimento foi lançado 3 vezes.

Assumiu que existe o objetivo de se construir 50 casas, duplicando o parque habitacional existente e, que provavelmente, será difícil conseguir de se concretizar, todavia 6 casas já foram entregues, estando 22 em construção, às quais se adiciona um conjunto de outras

requalificações que foram sendo realizadas também ao abrigo da Estratégia Local de Habitação e que não é contabilizado naquilo que é a construção final, mas que também envolve um conjunto alargado de verbas.

Posteriormente, o senhor vereador Pedro Ferreira apresentou a seguinte Saudação:

- Arrábida é Reserva da Biosfera da UNESCO

«No dia 27 de setembro de 2025, no decurso do 5.º Congresso Mundial de Reservas da Biosfera, em Hangzhou, China, a Arrábida viu confirmada a sua distinção como Reserva da Biosfera da UNESCO. Comprometidos, desde 2016, na construção de uma candidatura ganhadora, os municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal, a Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS) e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), assim como toda a região e país, decerto que receberam a notícia com enorme alegria e sentido de responsabilidade, pelo novo caminho que, agora, se inicia. A Arrábida junta-se, assim, às 12 Reservas da Biosfera nacionais e a uma rede mundial, com mais de 785 Reservas em 142 países.

O programa da UNESCO “*Man and the Biosphere*” (MAB) — traduzido como Homem e a Biosfera — nasceu em 1971 e tem contribuído para a proteção de ecossistemas singulares e para a promoção de práticas económicas, culturais e turísticas sustentáveis, sublinhando a relação simbiótica entre a Humanidade e o Ambiente. Este selo de qualidade vem beneficiar o território e exponenciar a notoriedade dos nossos produtos locais, demonstrando claramente que a conservação tem de ser, cada vez mais, um pilar do desenvolvimento sustentável que defendemos, tendo a UNESCO descrito a Arrábida como uma “joia costeira”.

Ao longo da última década, as equipas técnicas dos três municípios e do ICNF, lideradas, decisivamente, pela AMRS e pela Comissão Executiva e com o envolvimento da Academia, desenvolveram um aturado trabalho técnico e científico que nos permite, hoje, conhecer muito melhor a Arrábida e toda a sua riqueza geológica, levando, até, à descoberta de espécies endémicas de fauna e flora terrestre e marinha. A partilha do processo com as populações e agentes do território e a sua participação nas diversas fases de diagnóstico e

construção foram essenciais para o sucesso da candidatura e continuarão a aprofundar-se na fase que se segue.

Mais do que um fim, a integração da Arrábida nas Reservas da Biosfera representa, precisamente, a criação de uma estrutura de Reserva, com órgãos de gestão e implementação de um Plano de Ação, em permanente contacto e avaliação por parte da UNESCO. A sua prossecução deve ser um objetivo partilhado por todos os municípios da região de Setúbal, pelos seus diversos agentes, pela Academia e pelo Estado Português, comprometidos com a defesa e sucesso da Arrábida enquanto Laboratório Vivo de Sustentabilidade.

Esta distinção vem também confirmar o enorme e decisivo papel da AMRS no desenvolvimento de importantes projetos de reflexão, pensamento e conceção de soluções de desenvolvimento para a Região de Setúbal, assentes no princípio da cooperação, articulação e solidariedade entre os municípios que a constituem, e a opção e visão erradas de todos os municípios que saíram da AMRS, pois importa lembrar que a mesma teve por base uma manifesta ignorância ou ocultação do trabalho de relevo desenvolvido desde a sua criação.

Reunida a 1 de outubro de 2025, os eleitos da bancada da CDU na Câmara Municipal de Alcochete saúda a distinção da Arrábida enquanto Reserva da Biosfera da UNESCO, uma saudação que se estende às equipas técnicas dos três municípios da Arrábida e do ICNF, aos agentes do Território e entidades que contribuíram para a obtenção desta distinção e, em particular, à AMRS, cujo trabalho técnico e político continua a assumir importância estratégica indesmentível, em prol da valorização e coesão territorial da Região de Setúbal.

Propõem que a presente Saudação seja remetida para:

- a) A Associação de Municípios da Região de Setúbal;
- b) O ICNF — Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas;
- c) Os municípios de Palmela, Setúbal e Sesimbra;

d) A Comunicação Social Local, Regional e Nacional.»

Submetida à discussão o senhor presidente partilhou a sua satisfação ao verificar que um objetivo perseguido pelo André Martins, Francisco Jesus e pelo Álvaro Amaro, nomeadamente, presidentes da Câmara Municipal de Setúbal, de Sesimbra e de Palmela, foi alcançado e pelo qual muito lutaram ao longo dos últimos anos.

Congratula-se sem qualquer pudor pelo esforço, pelo empenho e pela dedicação de 3 presidentes de câmara da CDU, contudo, não pode pactuar votando favoravelmente esta Saudação, quando a mesma invoca motivos sobre a saída de municípios da AMRS e sobre os quais não se revê e não concorda.

Expôs que no passado já existiu a oportunidade de se debater sobre os motivos que levaram o município de Alcochete a sair da AMRS, cujos quais não são similares aos invocados na Saudação, frisando não tendo nenhuma declaração de voto preparada para este efeito, solicitou que se registasse em Ata e adiantando a sua abstenção nesta votação, apenas por não se rever na saída do município de Alcochete da AMRS pelos motivos invocados.

Submetida à votação, a Saudação foi aprovada por maioria com 2 votos a favor da CDU e 4 abstenções do PS.

## **B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO**

[Para uma melhor compreensão das intervenções realizadas neste período, optou-se por se transcrever a participação dos intervenientes.]

- Maria Eugénia da Silva Gonçalves Murjal - Município de Alcochete, residente na freguesia de São Francisco;

«Ouvi o que o senhor presidente disse na sua introdução e posso concordar consigo num assunto que é o dos ataques pessoais que se fazem às figuras políticas. Eu estou aqui como munícipe, mas há pouco tempo entrei na vida política e sei o que é isso e estou solidária consigo em relação a isso. Os ataques são constantes e faz parte da vida dos políticos.

E penso que assim temos de aceitá-lo. Por outro lado, não estou de acordo na sua introdução quando disse que sermos católicos quer dizer não incomodar ninguém. Eu sou católica e os católicos não são passivos nem são mansos. São pessoas que lutamativamente por aquelas causas que consideram justas. O que me trouxe aqui, porque não vi os pontos da Ordem do Dia no site da Câmara, às 6 da tarde ainda não estavam lá publicados, portanto não sabia do que se ia tratar esta reunião, mas como eu tinha um assunto para falar aproveitei por este momento, para falar consigo diretamente.

Fui eu quem fez aquele vídeo onde está um áudio com a sua voz. Esse áudio é de uma reunião da Comissão Permanente do Território de Urbanismo e das Atividades Económicas de 10 de julho de 2025 pelas 10:00 horas e esse áudio foi-me facilitado por um munícipe que não tem nenhuma ligação política, mas que estava preocupado com o estado de coisas aqui em Alcochete e que me pediu que por favor fizesse alguma coisa ao respeito.

Então é assim, eu sou habitante de São Francisco e sou munícipe de Alcochete e sei que o senhor presidente da câmara é um homem de números, portanto é um homem que vai direto ao ponto, consegue perceber que a matemática é uma ciência exata, não é preciso darmos voltas para respondermos a certas perguntas e por isso tenho aqui umas perguntas que se relacionam justamente com a Quinta da Coutadinha.

A primeira é, nos 136 hectares da Quinta da Coutadinha haverá ou não prédios de mais de 6 andares?

A segunda pergunta é, que é a pergunta que todos os municípios queremos ver respondidas, se nos 136 hectares da Quinta da Coutadinha vão construir-se prédios com 6 ou menos andares, esses prédios terão mais de 3 apartamentos por andar, ou seja, mais de 18 fogos.

A terceira pergunta é, se nos 136 hectares da Quinta da Coutadinha se construírem prédios com mais de 6 andares que é o máximo que se tem verificado aqui em Alcochete, dito por si próprio, qual é o limite máximo exato de andares que a câmara municipal irá licenciar?

O senhor presidente disse numa entrevista recente que este era um projeto de grande utilidade pública, mas existem preocupações sobre se haverá ou não expropriações, penso que todas estas questões devem estar claras antes do desenvolvimento dos projetos até porque ninguém espera que os arquitetos, os engenheiros e todas as pessoas envolvidas estejam a trabalhar em projetos para depois modificá-los completamente, portanto há certas coisas que têm, não lhe vou dizer obviamente como fazer o seu trabalho, mas há certas coisas que têm que ser obviamente definidas e faladas com os alcochetanos desde o início.

A minha última pergunta é, este projeto da Quinta da Coutadinha vai ter todas as infraestruturas para absorver 9000 ou 10000 habitantes? Obrigada.»

– Senhor Presidente

«Muito obrigado, dona Eugénia, eu lamento profundamente, mas não lhe vou responder a nenhuma questão sobre esta matéria, porque no decurso daquilo que foi a minha intervenção eu penso que é perfeitamente perceptível que este é um não assunto, porque não foi sequer analisado de forma objetiva, nem por mim, nem por nenhum dos vereadores e, portanto, todas as questões que colocou são questões que não fazem sentido nós estarmos aqui a responder, porque efetivamente ele nem sequer foi ainda analisado.

Mas já agora fiquei curioso, como é que a senhora obteve essa gravação?»

– Senhora Maria Eugénia Murjal

«Foi com um munícipe.»

– Senhor Presidente

Pois, já agora se não se importa eu agradecia-lhe que falasse para ficar gravado. Não lhe vou perguntar, se pode identificar o munícipe que é um bocado...»

- Senhora Maria Eugénia Murjal

«Obviamente, que não tem o direito de perguntar.»

- Senhor Presidente

«Muito bem, mas nós trataremos disso de outra maneira, até, porque, como penso que deve saber, tem formação nessa matéria e estarmos a divulgar coisas que não estão autorizadas, é um crime, pelo menos em Portugal.»

- Senhora Maria Eugénia Murjal

«Aliás, essa gravação deveria estar em Ata e deveria ser de conhecimento e ainda não está em Ata.»

- Senhor Presidente

«Pois é, ela consta, vamos lá ver uma coisa, o assunto consta na Ata da Assembleia Municipal. Na reunião do Urbanismo não é habitual nós fazermos Atas e não houve Ata sequer dessa reunião e nem compete sequer à câmara municipal tratar disso, porque a reunião tem uma Comissão que é proveniente da Assembleia Municipal e são órgãos, efetivamente distintos.»

- Senhora Maria Eugénia Murjal

«Só queria que o presidente soubesse que sim, eu assumo, respeitosamente...só queria que soubesse e que lhe quero fazer chegar que isso é realmente uma preocupação dos munícipes.»

- Senhor Presidente

«Mas eu sei, eu vivo cá há 57 anos, eu conheço qual é a preocupação dos munícipes, mas agradeço a sua preocupação também, porque também é, efetivamente nossa munícipe. Mas, pronto, queria só dar-lhe nota de que divulgar coisas que não estão devidamente autorizadas que é o caso, é crime e depois devemos tratar disso em sede própria.

Em relação às questões que me coloca não faz sentido, isso é um contrassenso, eu estar agora aqui a explicar isso, porque acabei de dizer em cerca mais de uma hora que nós estivemos aqui praticamente a falar, praticamente uma hora, aquilo que eu expliquei aos vereadores, que penso que deve ter ouvido, ou seja, o assunto chegou em junho, julho, salvo erro, tinha acabado de chegar aquando da reunião que nós aqui fizemos e eu poderia nem sequer ter abordado a temática, mas como sou uma pessoa de coração aberto e de franca transparência achei por bem dizer, recebemos aqui esta proposta.

Dar-vos nota de que já expliquei que não tem a ver com o meu pensamento, não tem a ver com coisa nenhuma, estarmos a perder tempo aqui a repetir aquilo que eu já disse aos vereadores e que provavelmente a senhora também ouviu, portanto, se não tiver mais nenhuma questão agradeço a sua presença.»

- Senhora Maria Eugénia Murjal

«Não quer que eu responda mais, aqui no microfone?»

- Senhor Presidente

«Não, muito obrigado.»

- Nuno Alexandre Carvalho Monteiro - Município de Alcochete, residente na freguesia de Samouco.

«O senhor presidente acho que já respondeu, não respondendo, eu estive a ouvir a sua intervenção atentamente e houve aqui uma questão que o senhor presidente, peço desculpa, boa tarde. a todos os presentes também.

O senhor presidente frisou que fosse aqui ou lá fora iria responder olhos nos olhos com verdade a todas as questões que lhe seriam colocadas, o certo é que o senhor presidente não respondeu absolutamente nada, existe um procedimento e o próprio senhor presidente acabou de afirmar que delegou esse procedimento a alguma entidade para dar início ao processo da Quinta da Coutadinha, portanto existe ou não existe? Está a ser feito ou não está a ser feito? Está a ser planeado ou não está a ser planeado? Eu acho que estas são perguntas pertinentes que devem ser esclarecidas. Existe um projeto a decorrer ou não existe um projeto a decorrer? É que se existe um projeto a decorrer, eu acho que tem de se informar as pessoas intervenientes antes de se fazer seja o que for, então se já estão a fazer um estudo e não se chegam ao pé dos proprietários, isto não faz sentido.

Quando o senhor presidente diz que é um interesse público, eu questiono, esse interesse público é o seu interesse em considerar este projeto interesse público para haver expropriações ou não? Porque há que entender as coisas, se não se chega ao pé dos proprietários de um terreno, de um projeto futuro, há aqui qualquer coisa que não bate certo.

Há aqui uma outra questão que tem a ver com os edifícios em si, que o senhor presidente afirmou, foram palavras suas, que iriam ter 12, 13 andares e a questão que eu coloco é; uma vez que nós estamos inseridos numa área que há alguma servidão militar, de um lado temos a Base Aérea n.º 6 do Montijo, do outro lado temos o Campo de Tiro de Alcochete, já foi pedido ou já existiu algum parecer por parte da AAN que é a Autoridade Aeronáutica Nacional sobre este futuro projeto?

Dos 136 hectares o senhor presidente disse que 60% seria para bens públicos, para serviços e outros 40% seria para habitação, então estamos a falar de 100% do terreno, onde é que fica o montado de sobro nesta situação?

Basicamente é isto.»

– Senhor Presidente

«Bom, senhor Nuno Monteiro, muito obrigado pela sua participação, mas permita-me pela frontalidade que me assiste, dizer que o senhor manifesta um profundo desconhecimento da matéria do processo em questão, enfim, eu poder-lhe-ia aqui explicar o que é que é um Plano Pormenor, é normal que o público na generalidade não o saiba, mas também não o vou fazer, porque isso é uma questão que senhor com facilidade encontra, vai ao Google, escreve Plano de Pormenor e lá dir-lhe-á o que é que é efetivamente um Plano de Pormenor.

No Plano de Pormenor que nós desenhamos, nós estamos a incidir o Plano sobre aquilo que são terrenos privados, não é a câmara que vai construir, são os privados é que vão construir, quer a habitação, quer os equipamentos, ou quer que seja e, portanto, não faz absolutamente nenhum sentido nós invertemos o processo, que é estar a falar com as pessoas que são proprietárias dos espaços sem termos um Plano, que para nós que possa estar fechado, mas que possamos com base nesse Plano apresentar às pessoas.

Agora diga-me uma coisa, nós vamos inverter aqui o ciclo e antes de avançarmos com qualquer Plano eu fazia uma reunião com os proprietários e dizia, bom, olhe, nós estamos a pensar aqui criar habitação, aqui criar edifícios de serviço público, escolas, saúde, pavilhão multiusos, quartel dos bombeiros, um parque tecnológico para implementação de empresas, o quer que seja. O que é que isso estava a contribuir para as pessoas para os donos dos terrenos, o que é que eles iam fazer em relação a isso, não faz sentido. Em toda a minha vida um Plano de Pormenor é um desenho que é feito e depois apresenta-se, digamos, às pessoas que ou aceitam ou não aceitam, porque compete à câmara definir do ponto de vista urbanístico o que é que pretende fazer.

Relativamente às matérias ambientais ou o que quer que seja, são questões que só podem ser desenvolvidas depois do projeto. Temos aqui bem perto de nós uma infraestrutura do ponto de vista nacional, que não está iniciado, mas que é a construção do novo aeroporto Luís de Camões, em que há efetivamente um desenho, há um esboço, há um projeto e que as entidades agora se pronunciam, portanto, não se pronunciam antes de haver o desenho, o esboço, o projeto, o que quer que seja, portanto, há um trabalho feito inicialmente para depois as entidades a seguir se possam pronunciar.

Portanto, aquilo que está a me dizer não faz sentido nesta fase, fará sentido quando o projeto estiver finalizado do ponto de vista da análise de quem de direito para analisar e nós agarrarmos nisso, consultarmos as entidades, como acontece não apenas em só nessa, mas as entidades estão centralizadas atualmente na CCDR-LVT que depois fará a distribuição para a Agência Portuguesa do Ambiente, o que quer que seja.

Eu há pouco disse, provavelmente não me ouviu, que foi, efetivamente o terreno tem uma área de 136 hectares, mas o Plano de Pormenor incide apenas e só em cerca de 110, 115 hectares, ou seja, tudo aquilo que nós aqui estamos a falar não vai abranger a totalidade do terreno e isto se todos os proprietários anuírem ao projeto quando ele estiver em condições de ser apresentado, que isso fique bem claro.

Essa conta que está a dizer, 136 hectares, então 60% para equipamentos, comércio e serviços e 40% para habitação, o que é que vai fazer ao montado de sobro? Pois por isso é que eu disse na minha intervenção inicial, provavelmente não ouviu, mas disse que da área total da propriedade, aquilo que vai ser utilizado, ou aquilo que está a ser utilizado no trabalho, que está a ser desenvolvido pela equipa projetista não é a área total, precisamente porque há esses e outros incómodos e portanto não vamos abranger os 136 hectares, são 110, 112, é alguma coisa assim, agora não tenho aqui de memória o valor, mas não é a totalidade do terreno, portanto tudo o que nós possamos, falar sobre este tema, é aquilo que eu disse à senhora Dona Eugénia, que não faz sentido estarmos aqui a discutir uma coisa que eu li de uma forma transversal, que ainda não tive oportunidade sequer de me debruçar sobre isso e só o estou a fazer, porque acho que se está a falar demasiado de um assunto, eu não estou a esconder o assunto, porque devemos ter tempo, todos juntos podermos abordar o assunto, que há de ir à consulta pública, há de ser apresentado à população em vários níveis, há de ter aprovação e discussão na câmara municipal, há de ter discussão e aprovação em Assembleia Municipal e portanto não estou a esconder coisa nenhuma. Caí na asneira de ser muito franco e sincero, como já aqui repeti várias vezes e dar nota daquilo que eu tinha acabado de receber, mas já disso acho que todos perceberam que não é a minha intenção, não é a nossa intenção, até porque somos defensores intransigentes daquilo que é a nossa identidade, daquilo que é o nosso rosto, disse isto variadíssimas vezes, só não ouve quem esteja distraído, ou que quer imputar em mim palavras que eu não disse,

nós somos os defensores, os depositários fiéis daquilo que é a nossa identidade e como dizia o vereador Jorge Giro e com razão, nós não queremos ser um novo Montijo, uma nova Almada, nós somos Alcochete, ponto final, parágrafo, com as suas características, com a sua gente, com os seus usos e costumes, com as suas tradições, naturalmente avançando no futuro, porque a evolução é isso mesmo, mas com regras, com critério, com metodologia para mantermos a nossa identidade e não perder o nosso rosto.»

– Senhor Nuno Monteiro

«Se me permitir, todas estas minhas preocupações estão a ser baseadas em afirmações suas, não são afirmações minhas, não são invenções da minha cabeça, são afirmações suas, foi algo que o senhor presidente disse e veio a público e eu como cidadão estou a demonstrar a minha preocupação, porque existe muita matéria sobre este assunto a qual não está a ser discutida.»

– Senhor Presidente

«Mas não tem de ser discutida, percebe.? Ou seja, nós não estamos nessa fase, nós não estamos na fase da discussão.»

– Senhor Nuno Monteiro

«O senhor presidente diz de antemão que são terrenos de propriedade privada e então não tem de ser discutido, ou seja, o senhor presidente faz os planos que quer e quando tiver os planos que quer, apresenta aos proprietários, é isso que está a dizer?»

– Senhor Presidente

«Eu estou a dizer que é competência da câmara, é assim que a coisa funciona.»

– Senhor Nuno Monteiro

«E depois chegam ao pé dos proprietários e dizem que está aqui isto para avançar.»

– Senhor Presidente

«O senhor está mal informado, é assim que funciona.»

– Senhor Nuno Monteiro

«Não estou, porque foi o senhor presidente que disse, desculpe-me, foi o senhor presidente que disse que era algo de interesse público, nós sabemos perfeitamente o que é que aconteceu com a Ponte Vasco da Gama e o que é que aconteceu com o *Freeport*, portanto, se a câmara municipal declarar um terreno de interesse público.»

– Senhor Presidente

«Mas quem é que lhe disse que a Câmara vai declarar?»

– Senhor Nuno Monteiro

«Eu não sei, neste momento eu não sei.»

– Senhor Presidente

«Mas há de chegar o tempo que o senhor vai saber, este não é o tempo para o senhor saber.»

– Senhor Nuno Monteiro

«Quando eu não puder fazer nada.»

– Senhor Presidente

«Acho que a sua preocupação é de louvar, sendo um munícipe do Samouco, que não exercendo nenhum cargo, digamos em nenhum órgão da autarquia, acho que é de louvar

um munícipe do Samouco que está preocupado com uma coisa que vai acontecer, ou que está previsto, ou que estamos a trabalhar.»

– Senhor Nuno Monteiro

«Senhor presidente, desculpe, eu por morar no Samouco não quer dizer nada, você não sabe da minha vida para estar a fazer uma afirmação dessas.»

– Senhor Presidente

«O senhor não tem de saber de tudo, não tem de saber das coisas, eu também não sei, eu hoje mesmo aqui enquanto presidente da câmara, há muita coisa que eu também não sei.»

– Senhor Nuno Monteiro

«Sou proprietário de um terreno, suponhamos que eu era proprietário da Quinta da Coutadinha, primeiro esboçava-se tudo e depois é que chegavam a pé de mim...»

– Senhor Presidente

«Mas é assim que funciona senhor Nuno, é assim que funciona. Vamos dar aqui outro exemplo, a revisão do Plano Diretor Municipal, nós não vamos falar com todos os proprietários dos terrenos quando estamos a preparar a revisão do Plano Diretor Municipal que é uma competência da Câmara.»

– Senhor Nuno Monteiro

«Isso que me está a dizer é exatamente o mesmo que vai acontecer às empresas que se inserem nesse esboço do Plano de Pormenor, porque dentro desse Plano Pormenor que está a ser desenhado pela câmara municipal existem algumas empresas lá inseridas ou seja, algumas instalações de empresas lá inseridas e o que você me está a dizer é que depois de estar tudo planeado é que vão ter com essas empresas para dizer o quê? Oh desculpem lá, mas vocês agora têm de .... É isso?»

– Senhor Presidente

«Você chegou agora ou já cá estava desde o início?»

– Senhor Nuno Monteiro

«Eu cheguei agora.»

– Senhor Presidente

«Então é natural que você não tenha ouvido isso, eu há pouco tive a oportunidade de explicar...»

– Nuno Monteiro

«Eu já lhe disse a si que estou baseado nas suas declarações.»

– Senhor Presidente

«As minhas declarações que eu proferi hoje, estão gravadas e pode ouvir quando chegar a casa. Aquilo que eu disse foi que os terrenos são privados e o Plano de Pormenor avançará se os proprietários dos terrenos assim entenderem, se não entenderem avançar, o Plano não avança não os integra, não os inclui no Plano.»

– Senhor Nuno Monteiro

«Só se eles entenderem, mas, entretanto, a câmara já tem equipas no terreno.»

– Senhor Presidente

«Há aqui qualquer coisa que..., mas equipas no terreno como assim? Não estou a perceber.»

- Senhor Nuno Monteiro

«Foi você que disse.»

- Senhor Presidente

«Não, não, o Plano está a ser desenhado.»

- Senhor Nuno Monteiro

«Entretanto, até já adjudicou os trabalhos em empresas externas certo?»

- Senhor Presidente

«Para desenvolver o Plano Pormenor. É uma coisa normal. O Plano de Pormenor é um instrumento de gestão de um território em particular, digamos assim e que compete à câmara fazer isso, é uma competência da câmara.

Há muitos bandidos no país, mas nós não o somos, bateram na porta errada, os bandidos que o senhor procura, não somos nós, há aqui se calhar à volta outros, não somos nós. O que acontece aqui é que o Plano de Pormenor é uma competência da câmara, é a câmara que desenha do ponto de vista urbanístico aquilo que pretende para o seu território, mesmo em terrenos privados e depois as pessoas que são as proprietárias dos terrenos, ou aceitam a proposta da câmara, ou não aceitam, se não aceitarem ninguém vai fazer mal nenhum aos proprietários, agora os proprietários têm de analisar a questão e verificar. Nem sequer pode expropriar.»

- Senhor Nuno Monteiro

«A não ser que seja declarado em interesse público.»

- Senhor Presidente

«Não, mas quem é que falou nisso? Você ouviu-me falar alguma vez nisso?»

– Senhor Nuno Monteiro

«São declarações suas, de interesse público, muito interesse público.»

– Senhor Presidente

«Os equipamentos, ou você não acha que é de interesse público nós termos um novo quartel dos bombeiros em Alcochete.»

– Senhor Nuno Monteiro

«Não, não é isso que está em discussão.»

– Senhor Presidente

«Não, não, mas é isso que eu falei senhor Nuno. Você está a dizer coisas que eu não disse. Senhor Nuno, aquilo que eu disse foi que estes equipamentos são de interesse público ou você não concorda comigo? Não acha que um polo tecnológico em Alcochete tem interesse público? Não acha que um polo universitário tem interesse público? Não acha que um pavilhão multiusos tem interesse público? Foi isso que eu disse.»

– Senhor Nuno Monteiro

«Ninguém põe isso em causa.»

– Senhor Presidente

«Você está a confundir, esse é o meu interesse, que é um interesse público, outra coisa é definirmos um imóvel, um terreno o quer que seja, de interesse público não é o que acontece ali.»

– Senhor Nuno Monteiro

«Eu acho que e, peço uma imensa desculpa com todo o devido respeito, mas eu acho que o senhor presidente deveria rever toda a entrevista.»

– Senhor Presidente

«Eu sei o que é que disse e não foi isso que o senhor está a dizer. Aquilo que eu disse foi que é de interesse, eu até acho que aprofundei a expressão de grandíssimo interesse construir-se, implementar-se naquele território ou noutro território qualquer este tipo de equipamentos que vão servir Alcochete. Um pavilhão multiusos, um novo quartel dos bombeiros um polo tecnológico, edifícios para a saúde, público e privada, edifícios para a educação, público e privada. Não concorda comigo? Não acha que isto tenha interesse público?»

– Senhor Nuno Monteiro

«Eu já lhe disse e volto a dizer não é isso que está em causa. O que está em causa é a forma como as coisas estão a ser feitas, o que está em causa é os terrenos que estão envolvidos e a forma como não se diz nada à população nem se esclarece as perguntas que se coloca.»

– Senhor Presidente

«Eu já lhe expliquei, aliás não fizemos outra coisa...»

– Senhor Nuno Monteiro

«Você falou, não explicou.»

– Senhor Presidente

«Então qual é a dúvida que o senhor tem?»

- Senhor Nuno Monteiro

«Todas, as que foram aqui colocadas.»

- Senhor Presidente

«Como é que você quer que eu fale de uma coisa que não está sequer analisada, discutida?»

- Senhor Nuno Monteiro

«Porque é que está a elaborar?»

- Senhor Presidente

«Porque é uma empresa externa que está a trabalhar nesse sentido para nos apresentar um produto para nós depois analisarmos.»

- Senhor Nuno Monteiro

«Mas para quê? Se foi você que acabou de dizer vão depois, à posterior, ter com os proprietários ver se eles querem.»

- Senhor Presidente

«Apresentar um Plano.»

- Senhor Nuno Monteiro

«Então primeiro você tem o trabalho todo, gasta dinheiro.»

- Senhor Presidente

«Não é a câmara que está a gastar o dinheiro, são os proprietários privados é que estão a gastar o dinheiro para fazer o plano, nem é sequer a câmara.»

– Senhor Nuno Monteiro

«Mas ainda agora acabou de dizer que os próprios proprietários nem sabiam de nada. Há aqui coisas que não estão a bater certo.»

– Senhor Presidente

«Senhor Nuno eu não sei onde é que você quer chegar.»

– Senhor Nuno Monteiro

«Eu não quero chegar a lado nenhum, eu só estou a seguir a sua linha de raciocínio e as afirmações que você diz.»

– Senhor Presidente

«Eu não sei onde é que o senhor quer chegar, mas uma coisa lhe posso garantir que desta porta não leva troco e, portanto, dar-lhe nota para terminar aqui a conversa, porque acho que aquilo que você está a fazer é uma atitude depreciativa das coisas que eu disse. Eu tive a oportunidade em cerca de uma hora, de falar, de responder ao que os vereadores nomeadamente, estes dois vereadores me colocaram, e o assunto acabou, discutimos, falámos, acabou não há mais nada para falar, senhor Nuno. Agora, de uma coisa pode ter certeza, se o senhor Nuno acha que nós estamos a cometer uma ilegalidade, siga o caminho das instâncias normais dessa matéria. Agora, eu estou-lhe a explicar, porque acho que devo fazer isso, acho que devo ter esta atitude pedagógica, que um Plano de Pormenor é desenharmos num determinado território ao abrigo daquilo que a legislação nos permite, aquilo que nós pretendemos por uma determinada área territorial

Aquilo que eu lhe estou a explicar é que nós estamos a fazer esse trabalho e para fazermos esse trabalho não tendo a câmara municipal técnicos para um trabalho desta dimensão, tem de contratar externamente e foi aquilo que a câmara fez. Tivemos a sorte de haver proprietários, dos 12 proprietários, há 2 proprietários que decidiram pagar para ser feito e nós queremos fazer, a câmara quer fazer. Já viu que o Executivo que aqui está, concorda que seja feito um Plano de Pormenor, depois depende das condições em que ele é feito e isso é uma coisa que vamos discutir a seguir.

Nós para podermos falar com as pessoas temos de ter um produto na mão, isto é, como vender um automóvel, eu não posso vender um automóvel sem mostrar o automóvel, se eu quero vender um automóvel tenho de ter o automóvel aqui e depois a pessoa que vai comprar, vai me dizer, desculpe lá, mas o automóvel é azul e eu queria verde. É este que eu tenho, portanto, você se não quer, não compra.

Os proprietários daqueles terrenos se acharem que a ideia que nós vamos apresentar, quando apresentarmos, que levará seguramente ainda alguns anos, se não se reverem naquele projeto, não aceitam e ficam de fora, portanto, aquilo que acontecer ali não vai abranger aquele pedaço territorial desses proprietários, se todos os proprietários disserem que nós não queremos nada disso aqui, a câmara não vai avançar com coisa nenhuma. A câmara só está a avançar, porque efetivamente existem 2 proprietários que manifestaram essa vontade de chamar a si, digamos, esta ideia, este projeto de pôr em prática, que a câmara anuiu do ponto de vista dos equipamentos, da habitação, na generalidade. Agora, isto é, como se fosse na Assembleia da República e agora vamos discutir a especialidade e a especialidade é quantos pisos tem? -Tem 12. - Não queremos, tem de baixar, baixem os pisos para 4, para 2, para 3. Mas eu não lhe posso pronunciar sobre isto porque ainda não estudei essa matéria.»

– Senhor Nuno Monteiro

«Pois deveriam ter começado exatamente por aí, porque quando se fala, quando se dá a garantia que irão ter 12.»

– Senhor Presidente

«Mas quem deu essa garantia?»

– Senhor Nuno Monteiro

«Você.»

– Senhor Presidente

«Não, eu estou a dizer que aquilo consta na proposta que fizeram, eu estou a dizer o que consta na proposta.»

– Senhor Nuno Monteiro

«Foi o senhor presidente que deu declarações e afirmou que os prédios irão ter 12, 13 andares e deveriam ter consultado antes de fazerem fosse o que fosse e eu que não percebo nada disto, não tenho conhecimento, vocês deveriam ter consultado logo toda a documentação e a legislação em vigor, uma vez que estamos inseridos numa área de servidão militar.»

– Senhor Presidente

«Senhor Nuno, não funciona assim a Câmara Municipal de Alcochete desde o 25 de Abril de 74 até hoje, já desenvolveu “n” Planos de Pormenor com este Executivo, com outro Executivo, com vários Executivos, é assim que a coisa funciona, se o senhor não sabe e eu aceito que não saiba, informe-se antes de vir colocar estas questões que não têm ponta por onde se pegue. Desculpe informá-lo, mas não é assim que a coisa funciona e não funciona porque eu quero, é a legislação, é assim que diz, leia a legislação. Onde é que você tem na legislação a dizer que não pode ser feito assim.»

– Senhor Nuno Monteiro

«Eu não disse que não podia fazer. A própria Lei até permite a expropriação.»

– Senhor Presidente

«Com os Planos de Pormenor não há expropriação.»

– Senhor Nuno Monteiro

«Então você está-me a garantir que não vai considerar os terrenos como um bem de utilidade pública, é isso que você me está a garantir.»

– Senhor Presidente

«Você está a meter os pés pelas mãos e as mãos pelos pés. Aqui em Alcochete há uma coisa muito parecida com isso que nós valorizamos muito e que é a caldeirada, onde nós juntamos batatas, cebola, peixe e sai uma caldeirada que é uma coisa que gostamos, mas se calhar não provou ainda, mas a melhor caldeirada que tem é aqui em Alcochete e aqui você está a fazer uma autêntica caldeirada, só que essa sua caldeirada não nos vai saber a nada, porque não nos leva a lado nenhum. A câmara municipal não vai definir aquele terreno de interesse público, nem pode fazer isso, está a perceber a ideia? Uma coisa é definirmos um imóvel que existe, vou dar aqui um exemplo, o Paço de São João é um imóvel de interesse público porquê? Não é nosso, não é da câmara, é privado, mas é um imóvel onde nasceu o Rei Dom Manuel I, tem uma história, tem um conjunto de pressupostos. Nós dotámos aquele imóvel de interesse público, o imóvel, não é o terreno de interesse público municipal.»

– Senhor Nuno Monteiro

«O mesmo aconteceu com a Ponte Vasco da Gama.»

– Senhor Presidente

«Mas eu não tenho nada a ver com a Ponte Vasco da Gama.»

– Senhor Nuno Monteiro

«Mas e os terrenos? As pessoas que os perderam? As pessoas que perderam os terrenos?»

– Senhor Presidente

«Mas você está a fazer uma confusão, o que é isso não tem a ver com a câmara, senhor?»

– Senhor Nuno Monteiro

«Foi uma obra de interesse público, você não me garante que não vai transformar a obra em interesse público.»

– Senhor Presidente

«Eu já lhe expliquei essa questão. Estamos a comparar a Ponte Vasco da Gama com o Plano de Pormenor da Quinta da Coutadinha, não faz sentido, percebe? Há uma coisa que eu lhe posso garantir que é, não podemos considerar aquele terreno de interesse público, não vai acontecer. Uma coisa diferente é eu dizer o que pode nascer ali, do ponto de vista dos equipamentos de educação, da saúde, isso tem interesse público, é de interesse de todos nós, é só isso. O Plano de Pormenor é feito como sempre fazem todas as câmaras. Se for consultar todas as câmaras do país que elaboram Planos de Pormenor, fazem exatamente aquilo que nós estamos a fazer, não há aqui nada de anormal em relação a essa matéria.

Em relação às questões da altura, largura, o que quer que seja, não lhe posso responder a isso, disse aquilo que constava na última proposta que me fizeram chegar em julho, mas ainda nem sequer vi, não analisei. Por isso é que eu considerei sempre um não assunto.»

– Senhor Nuno Monteiro

«No que compete à câmara, a câmara também tem o parecer em termos de altura, ou aprova ou não aprova. Independentemente do projeto a câmara municipal tem intenções de aprovar no futuro prédios de 12 andares?

– Senhor Presidente

Não, não tem. Ainda não analisei, mas não tem, muito menos naquele sítio que é um sítio até alto como deve imaginar.»

– Senhor Nuno Monteiro

«Está a ver? Podíamos ter começado por aí.»

– Senhor Presidente

«Você não fez a pergunta.»

– Senhor Nuno Monteiro

«Você é que disse de antemão que queria prédios de 12, 13 andares.»

– Senhor Presidente

«Você está a pegar no assunto, você está a pegar nas declarações que eu fiz aqui, nesta tal dita reunião do Urbanismo e que partilhei a proposta que me tinha chegado.»

– Senhor Nuno Monteiro

«Não, não, essa foi uma, porque a entrevista que você deu...»

– Senhor Presidente

«Porque tenho isso na mente, foi quando a proposta chegou, foi aquilo que vi.»

- Senhor Nuno Monteiro

«Foi essa a entrevista que eu vi.»

- Senhor Presidente

«Mas o que é que conta a si? É aquilo que está atrás ou aquilo que você está a ouvir agora a dizer?»

- Senhor Nuno Monteiro

«Depende, tenho de analisar todos os factos.»

- Senhor Presidente

«Então vá para casa e analise, depois quando tiver dúvidas questione. Muito obrigado.»

- Paula Cristina Santos Margarido - Municípe de Alcochete, residente na freguesia de Samouco.

«Como uma Alcochetana ignorante eu não tenho assim os conhecimentos, como já nos tratou a todos como ignorantes, eu vou fazer as perguntas muito rapidamente. Então se já adjudicou o projeto, já escolheu uma empresa e vou pedir que já que gosta de transparência e de responder olhos nos olhos e não tem nada a esconder, já adjudicou o projeto, quer dizer que já tem uma empresa a trabalhar no projeto.

Queria saber também dos 4 e que é de interesse público para os alcochetanos, dos 4 empreendimentos de luxo que fez desde que está como presidente da Câmara Municipal de Alcochete, enumero-nos por favor qual foi a contrapartida de usufruto e lazer para os alcochetanos, para que todos os alcochetanos consigam participar. Eu vou enumerar a Praia

do Sal, o hotel junto à Praia do Sal, todos os empreendimentos de luxo que já fez e quero também deixar a pergunta se este projeto, esta adjudicação para a Quinta da Coutadinha também tem a participação do Grupo Libertas. Já agora aproveito para perguntar se o novo projeto que vai seguir e já está planeado para ser construído na zona do moinho que fica por trás do *Tagus Bay*, é uma suposta construção de luxo atrás do *Tagus Bay* e que existe uma suposta criação de um Parque Ribeirinho que provavelmente vai ser privado, privatização da praia.

Queria saber em todos estes empreendimentos de luxo quais são as contrapartidas que teve e qual é a melhor habitação que procurou em contrapartidas destas para os Alcochetalos.

Peço que seja sincero, que seja honesto e tenho muita pena que não nos tenha respeitado a todos nós como munícipes de Alcochete e que venha dizer de caldeiradas e tudo mais, porque se calhar até todos nós nascemos em Alcochete. É triste ver um presidente da câmara tratar munícipes como lixo, mas pronto, só porque enumeraram e disseram algumas coisas, estão a fazer o trabalho sujo que os alcochetalos precisam de saber.

Obrigada e vou-me retirar.»

– Senhor Presidente

«Dona Paula eu quase que nem sei o que é que lhe hei de dizer para manter a minha integridade mental, sobretudo. Eu, como você se apercebeu, tive o cuidado de ter a resiliência necessária para responder ao senhor Nuno às questões que o senhor Nuno teimava em não querer perceber e, portanto, enfim respondi-lhe também desta parte.

A senhora fala de um projeto na Quinta da Coutadinha, eu não sei que projeto é que está a falar. Uma coisa é o Plano de Pormenor que é aquilo que nós estamos a fazer e adjudicámos a uma empresa, para do ponto de vista urbanístico nos apresentar naquele território que está disponível, de acordo com estas diretrizes nossas de criar comércio e serviços, criar habitação, criar espaços de lazer de usufruto para toda a população, criar, digamos os espaços verdes necessários, os estacionamentos e nos apresentasse uma ideia, um plano que é o Plano de Pormenor e foi a única coisa que nós fizemos é assim que as coisas

funcionam eu, enfim, por muita paciência que tenha, mas estar a repetir uma, duas, três quatro, cinco vezes, deve compreender que chega a um ponto que já não sei o que é que hei de dizer, porque vocês não estão apenas e só com dúvidas, estão aqui com outros objetivos, com outros interesses e, portanto, eu tenho-vos respeitado. Falei da questão da caldeirada foi uma questão de graça, acho que não ofendi ninguém, se sentiu ofendida, peço-lhe desculpa.

Relativamente aos empreendimentos de luxo, eu gostava que me identificasse quais são. Falou-me da Praia do Sal, foi o único que me falou, eu gostava que me identificasse quais são para eu poder responder de forma objetiva. Enquanto procura quais são efetivamente os empreendimentos luxo...»

– Senhora Paula Margarido

«É o *Tagus Bay*, o *Unique Tagus*, a Praia do Sal. Fez apenas ali a contrapartida de um estacionamento na zona das festas pronto, eu queria saber...»

– Senhor Presidente

«Falou em 3, Praia do Sal, *Tagus Bay*...»

– Senhora Paula Margarido

«Tem um apartamento junto à Praia, o hotel junto à Praia do Sal não sei o nome, peço desculpa, foram feitos em duas vezes, pronto.»

– Senhor Presidente

«Muito obrigado por ter-me dado a nota disso. Relativamente à Praia do Sal, não foi este executivo que licenciou a Praia do Sal, quando aqui chegámos, já estava em curso, devo-lhe dar nota que gosto muito mais daquilo que hoje existe ali, do que aquilo que ali existia, portanto, relativamente a contrapartidas, o que quer que seja não sei, quando cá chegámos à câmara, a obra estava em curso, devidamente licenciada.

Relativamente ao *Tagus Bay*, fomos nós que efetivamente licenciámos, mas fizemo-lo através de um pedido de informação prévia que já existia. O que é que é, agora provavelmente vai interpretar-me como se eu estivesse a chamar-lhe ignorante, mas se calhar, não sei se sabe o que é um pedido de informação prévia? Um PIP, sabe ou não sabe? Desculpe, para poder explicar, tem de saber.

Um pedido de informação prévia é alguém que pretende fazer alguma coisa e chega à câmara e diz, - olhe, eu pretendia fazer isto e isto e isto é possível de ser feito? - E a câmara responde que é. Nós quando cá chegámos, esse pedido de informação já estava feito e, portanto, nasceu o *Tagus Bay* que na minha perspetiva também é exemplo daquilo com o que aconteceu com a Praia do Sal, acho que é um polo de grande atratividade comparativamente àquilo que ali existia, que era uma antiga fábrica desativada e que foi adquirida para construção e que o Plano Diretor Municipal que remonta a 1997. Também nenhum de nós que está aqui no Executivo tem nenhuma responsabilidade nessa matéria, portanto o Plano Diretor Municipal já previa essa construção.

O *Unique Tagus*, já fomos efetivamente nós que aprovámos e a contrapartida que existe dali é a entrega ao município de um parque para estacionamento em frente precisamente ao *Unique Tagus* com capacidade para cerca de 200 automóveis, que vem colmatar uma lacuna que nós temos nomeadamente em todo o concelho e, particularmente, aqui no Núcleo Histórico que é a falta de estacionamento, a requalificação com implementação de uma via ciclável e pedonal em toda a frente do *Unique Tagus* e, particularmente, no largo da Feira, que conseguimos que efetivamente o promotor urbanístico o fizesse sem ter competência para o fazer, ou seja, sem ter obrigatoriedade de o fazer, porque paga as taxas à câmara municipal e a câmara não abdicou das taxas em prol do trabalho que foi feito, portanto acho que foi uma belíssima negociação aquela que nós fizemos.

Relativamente às traseiras, não sei onde é que foi buscar as traseiras do *Tagus Bay*, não sei onde é que foi buscar essa ideia, até porque o terreno que está ao lado do *Tagus Bay* até ao dito moinho que falou é Zona de Proteção Especial, é ZPE e portanto não pode ser construído, a não ser que o Estado mude digamos essa configuração, mas é Zona de Proteção Especial, ou seja, não é passível desde o *Tagus Bay* até ao moinho que refere,

não é possível de ser construído absolutamente coisa nenhuma, porque é ZPE Zona de Proteção Especial.

Dizer já agora que para além disto que eu aqui referi das contrapartidas, estamos neste momento numa fase adiantada, - está a me ouvir Dona Paula? Estamos já numa fase adiantada para podermos implementar no concelho de Alcochete, o Parque Urbano, que é um desejo de toda a nossa população, precisamente nas traseiras o Parque Urbano Público que será, digamos, feito nas traseiras do *Unique Tagus* e que nós queremos implementar das traseiras do *Tagus Bay* até à ponte, alargando a chamada Frente Ribeirinha por aí. Estamos neste momento a desenvolver um projeto, para um espaço público, de fruição pública de todas e de todos e, portanto, temos da parte do *Unique Tagus* a cedência já desse espaço e estamos neste momento a negociar que a parte das traseiras do *Tagus Bay* também siga, digamos, o mesmo caminho e, portanto, tudo público, portanto não há aqui nenhuma dúvida em relação a isso.

Em relação ao Plano de Pormenor da Coutadinha e perguntou-me se a empresa Libertas tem alguma coisa a ver com o Plano Pormenor da Coutadinha. Nada, não tem nada a ver, não é proprietária de nenhum terreno, eles são cerca de 12, não quero que tomem este número como certo não me recordo se são 12 ou 11, se são 13, mas andam à volta sensivelmente deste número e a Libertas não tem absolutamente nenhuma questão sobre essa matéria.

Devo-lhe dizer também já agora, poderia não o fazer, mas devo-lhe dizer, a empresa Libertas é uma das empresas que não está domiciliada em Alcochete, ao contrário das 2300 empresas que estão domiciliadas em Alcochete, é uma empresa que tem ajudado muito, não só Alcochete, mas um conjunto largo de instituições de Alcochete, muito particularmente a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete e eu só tenho pena que não apenas e só essa empresa, existem outras não de uma grandeza de número tão elevado quanto eu desejava mas, digamos, as associações e instituições são gratas a essa empresa pelo trabalho que ela faz em prol da população, ajudando estas instituições, nomeadamente a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete, entre outras.

Posto isto, penso que respondi às questões que tinha.»

- Senhora Paula Margarido

«Vou presumir então e peço desculpa se me enganei não é um empreendimento, é um parque para as pessoas com o nome Rio *Residence*, é isso. Vou deixar no ar só...»

- Senhor Presidente

«Nunca ouvi falar sobre isso, peço desculpa, é a primeira vez que o ouvi.»

- Senhora Paula Margarido

«Pronto, mas como eu posso ir consultar, porque nós somos ignorantes, munícipes de Alcochete sem conhecimento, está a público e na internet todos podem consultar, está bem? Obrigada.»

- Senhor Presidente

«Nunca ouvi falar sobre isso.

Obrigado. Após tudo isto, se mais ninguém quiser usar da palavra.

Isto hoje também é uma exceção à regra, porque a gente tem tempos limitados para tudo, mas também entendi que as pessoas que aqui estão devem ser naturalmente ouvidas e, portanto, acho que também deve ser valorizado isso, porque provavelmente a maioria das pessoas que aqui estão não sabem que nós temos um Regimento que regula exatamente este órgão em termos de tempos, o que quer que seja, mas acho que todos devem ter voz e, portanto, acho que isto é também um sinal de ampla transparência e democracia senão nenhum de vós tinha abordado com o tempo que tiveram estas questões, porque há tempos previstos no Regimento.»

## C. ORDEM DO DIA

## **1. Resumo diário da tesouraria**

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais de €3.915.995,76 (três milhões, novecentos e quinze mil, novecentos e noventa e cinco euros e setenta e seis cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

## **2. Pagamentos autorizados entre reuniões**

O senhor presidente informou que entre os dias 17/09/2025 e 30/09/2025, autorizou o pagamento da despesa, no montante de €1.111.160,40 (um milhão, cento e onze mil, cento e sessenta euros e quarenta cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 3367 ao n.º 3541.

A Câmara tomou conhecimento.

## **3. Aprovação de atas**

### **– Ata da reunião ordinária realizada em 11 de junho de 2025**

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

Não votaram os senhores vereadores Jorge Giro e Pedro Ferreira por não terem estado presentes, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

### **– Ata da reunião ordinária realizada em 25 de junho de 2025**

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

Não votaram senhora vereadora Maria de Fátima Soares e o senhor vereador Jorge Giro por não terem estado presentes, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

#### **4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VEREAÇÃO:**

##### **4.1. Procedimento de Concurso Público Internacional com publicação no JOUE para “Aquisição de Bens Alimentares para os refeitórios Escolares e Municipal, durante o ano de 2026” - Proc.º 481/25CP:**

- 1. Início do procedimento (Autorização da Despesa / Decisão de Contratar);**
- 2. Escolha do procedimento e aprovação das peças (Programa de Concurso e Caderno de Encargos);**
- 3. Designação do Júri;**
- 4. Nomeação do gestor do contrato**

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

1. «Contratar a aquisição dos bens em referência, autorizando a inerente despesa no valor estimado de €787.290,58 (setecentos e oitenta e sete mil, duzentos e noventa euros e cinquenta e oito cêntimos), acrescidos de IVA ás taxas legais em vigor, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 36.º do CCP, conjugado com a alínea a), do n.º 1, do artigo 18.º e artigo 22.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho; prévia autorização dos compromissos plurianuais para o ano económico de 2026, conforme deliberações da Câmara e Assembleia Municipal de 11 e 20 de junho de 2025, respetivamente.
2. Considerando o valor de despesa e dado se tratar de uma aquisição de bens, a adjudicação deve ser feita para os seguintes lotes:
  - a) Lote 1 - Pão, Refeitórios Escolares, €17.681,60 (dezassete mil, seiscentos e oitenta e um euros e sessenta cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor;

- b) Lote 2 - Pão Congelado, Refeitórios Escolares, €174,76 (cento e setenta e quatro euros e setenta e seis cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor;
- c) Lote 3 - Refrigerados, Refeitórios Escolares, €11.339,97 (onze mil, trezentos e trinta e nove euros e noventa e sete cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor;
- d) Lote 4 - Carne Fresca, Refeitórios Escolares, €79.804,67 (setenta e nove mil, oitocentos e quatro euros e sessenta e sete cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor;
- e) Lote 5 - Carne Congelada, Refeitórios Escolares, €39.616,00 (trinta e nove mil, seiscentos e dezasseis euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor;
- f) Lote 6 - Congelados, Refeitórios Escolares, €129.787,47 (cento e vinte e nove mil, setecentos e oitenta e sete euros e quarenta e sete cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor;
- g) Lote 7 - Frutas e Legumes, Refeitórios Escolares, €124.782,45 (cento e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e dois euros e quarenta e cinco cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor;
- h) Lote 8 - Mercearias, Refeitórios Escolares, €97.904,17 (noventa e sete mil, novecentos e quatro euros e dezassete cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor;
- i) Lote 9 - Ovo pasteurizado Refeitórios Escolares, €21.846,60 (vinte e um mil, oitocentos e quarenta e seis euros e sessenta cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor;
- j) Lote 10 - Bebidas, Refeitório Municipal, €1.706,27 (mil, setecentos e seis euros e vinte e sete cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor;

- k) Lote 11 - Carne Congelada, Refeitório Municipal, €7.370,76 (sete mil, trezentos e setenta euros e setenta e seis cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor;
  - l) Lote 12 - Carne Fresca, Refeitório Municipal, €56.877,24 (cinquenta e seis mil, oitocentos e setenta e sete euros e vinte e quatro cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor;
  - m) Lote 13 - Congelados, Refeitório Municipal, €84.642,33 (oitenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e dois euros e trinta e três cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor;
  - n) Lote 14 - Frutas e Legumes, Refeitório Municipal, €61.043,92 (sessenta e um mil, quarenta e três euros e noventa e dois cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor;
  - o) Lote 15 - Mercearias, Refeitório Municipal, €43.802,49 (quarenta e três mil, oitocentos e dois euros e quarenta e nove cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor;
  - p) Lote 16 - Pão Refeitório Municipal, €8.909,88 (oito mil, novecentos e nove euros e oitenta e oito cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor;
3. Adotar para o efeito o procedimento de concurso público internacional com publicação no JOUE ao abrigo da alínea a), do artigo 20.º e do artigo 38.º, ambos do CCP, considerando que, o valor do contrato a celebrar, e aprovar as peças do procedimento de acordo com o n.º 2, do artigo 40.º do CCP, conjugado com a alínea f), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: Programa de Concurso e Caderno de Encargos.
4. Aprovar a constituição do Júri, de acordo com o que dispõe o n.º 1, do artigo 67.º do CCP, designadamente constituído por:

- Presidente: Patrícia Caetano, Dr.<sup>a</sup>;
- 1.<sup>a</sup> Vogal: Maria de Jesus Marques, Dr.<sup>a</sup>;
- 2.<sup>a</sup> Vogal: Dora Dias, Dr.<sup>a</sup>;
- Vogal Suplente: Lúcia Prates, Dr.<sup>a</sup>;
- Vogal Suplente: Maria Dulce Boieiro, Dr.<sup>a</sup>.

Delegar no Júri a competência para formular pedidos de esclarecimentos sobre o preço anormalmente baixo de propostas, ao abrigo do disposto nos artigos 69.º/2, 71.º/3 e 109.º/1 do CCP.

5. Nomear como gestor do contrato, nos termos definidos no artigo 290.º-A do CCP, a Técnica Superior Maria Jesus Marques para os lotes do 10 ao 16 e a Técnica Superior Lúcia Prates para os lotes do 1 ao 15, a exercer funções na Divisão de Administração e Gestão de Recursos e Divisão Educação e Intervenção Social, respetivamente, propondo-se que no mesmo sejam delegados, nos termos do n.º 4 do referido artigo e Diploma Legal, poderes para adoção das medidas corretivas, constantes em relatório fundamentado, em caso de deteção de desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do referido contrato, com exceção de poderes de modificação, resolução ou revogação do mesmo;

Assim proponho, submeter à aprovação do órgão executivo:

1. Início do procedimento (Autorização da Despesa / Decisão de Contratar);
2. Escolha do procedimento e aprovação das peças (Programa de Concurso e Caderno de Encargos);
3. Designação do Júri;
4. Nomeação do gestor do contrato.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

**4.2. Procedimento de Concurso Público para a Formação do Contrato de Empreitada de “Renovação da Rede de Condutas de Adução e Distribuição Local a partir dos Reservatórios do Batel - Alcochete”, -Processo I-23/23/CP: Ratificação do ato - Aprovação da modificação objetiva ao contrato / Aprovação da prorrogação do prazo de execução da obra / Aprovação de adenda ao contrato inicial**

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

1. «Na sequência do procedimento concursal em referência, adotado por decisão da Câmara Municipal de Alcochete datada de 11 de outubro de 2023, foi celebrado o contrato de empreitada de “Renovação da Rede de Condutas de Adução e Distribuição Local a partir dos Reservatórios do Batel- Alcochete, Processo da Escola Básica e JI do Passil”, Processo I-51/23, com a empresa -TECNORÉM, ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S.A., pelo valor de €1.173.697,40 + IVA, com o prazo de execução fixado em 365 dias, tendo a obra sido consignada a 2 de setembro de 2024;
2. No decorrer da execução do contrato, o município verificou a necessidade ou conveniência de serem preconizadas melhorias ao projeto – nomeadamente: o fornecimento e montagem de novos equipamentos e acessórios, a substituição de um troço de tubagem existente em fibrocimento contendo fibras de amianto na sua composição, a realização de um bypass para continuidade no abastecimento de água e reduzir ao mínimo a interrupção durante a substituição da referida tubagem, o ajustamento de 2 passagens hidráulicas existentes por forma a permitir a instalação da conduta DN400, a instalação de 4 ventosas e 4 descargas de fundo na conduta PVC DN110, bem como 1 ventosa e 1 descarga de fundo na conduta DN400, a substituição de tubagem PVC por INOX no interior do reservatório, assim como a construção de novas caleiras, o fornecimento e instalação de diversos acessórios e juntas que permitem a melhoria do

funcionamento, exploração e manutenção da instalação e ainda o incremento das dimensões das caixas de visita em betão armado por forma a melhorar o acesso e área disponível para a realização de manutenção periódica;

As mencionadas soluções são fundadas em razões de interesse público, designadamente, a maximização da utilidade da obra, assegurada em contexto de oportunidade e eficiência, no âmbito da execução dos trabalhos iniciais;

3. O mapa final dos trabalhos complementares perfez o valor de €141.471,62 + IVA;
4. Os trabalhos resultaram de uma ponderação do município fundada em razões de interesse público, nos termos do disposto na alínea c), do artigo 312.º do CCP, destinando-se a melhorar de forma significativa a utilização da infraestrutura de abastecimento de água, incluindo aspetos de segurança e funcionais de exploração e manutenção;
5. A proposta enquadrou-se na previsão da alínea a), do n.º 3, do artigo 313.º, do CCP, verificando-se o valor acrescido de 12,05% (€141.471,62 + IVA), que não excedeu o limiar de 15% do preço contratual inicial legalmente estabelecido;
6. Considerou-se necessário para a execução dos trabalhos um prazo adicional de 15 dias;
7. O empreiteiro foi previamente interpelado em relação ao valor e ao prazo definidos para a realização dos trabalhos, tendo demonstrado a sua concordância;
8. Cabimentou-se a referida despesa, no montante de €1.141.471,62 + IVA., com os fundamentos descritos, nos termos do ponto 4 (Ciclo orçamental) da NCP 26 (Contabilidade e Relato Orçamental) do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na redação em vigor (cf. artigo 78.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2024);

9. Neste enquadramento, por despacho do Sr. Presidente da Câmara, de 04 de junho de 2025, foi:

- a) Autorizada a referida despesa de €141.471,62 + IVA;
- b) Aprovada a modificação objetiva ao contrato, no que concerne à espécie, quantidade, preço e prazo de execução dos referidos trabalhos.

Assim, proponho submeter á aprovação do órgão executivo:

1. A ratificação das decisões do senhor Presidente da Câmara constantes do referido despacho de 04 de junho de 2025, com efeitos retroagidos à data dos atos a que respeitam, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo DL n.º 4/2015, de 07 de Janeiro.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

**4.3. Procedimento de Concurso Público para a Formação do Contrato de Aquisição de Bens Alimentares para os Refeitórios Municipais” - Processo n.º 1158/24/CP: Aprovação da modificação objetiva ao contrato por acordo entre as partes (conversão das unidades de medida), nos contratos n.º 1122 e n.º 1123 - Aprovação de adendas aos contratos iniciais**

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

1. «Na sequência do procedimento concursal em assunto, em 30 de dezembro de 2024 foram celebrados com a entidade Sogenave – Sociedade Geral de Abastecimento à Navegação e Indústria Hoteleira, LDA, contratos referentes aos lotes:

- a) Lote\_5\_Refrigerados\_Aquisição de Bens Alimentares para os Refeitórios Escolares – Contrato n.º 1122
- b) Lote\_16\_Mercearias\_Aquisição de Bens Alimentares para o Refeitório Municipal – Contrato n.º 1123;
2. No decorrer da execução do contrato foi detetado que algumas unidades de medida previstas na fase de formação dos contratos estavam desajustadas com a prática de funcionamento do mercado, pondo em causa o fornecimento daqueles bens alimentares;
3. Havendo a necessidade de garantir o fornecimento dos bens contratualizados, dado que o município não pode prescindir dos fornecimentos regulares objeto dos presentes contrato, que se revelam essenciais ao normal desenvolvimento dos serviços camarários e à satisfação das inerentes necessidades públicas, através de comunicações entre o município e o adjudicatário foi consensualizada a necessidade de fazer a conversão das unidades de medida relativamente aos seguintes produtos:

- a) Lote\_5\_Refrigerados\_Aquisição de Bens Alimentares para os Refeitórios Escolares – Contrato n.º 1122

No contrato n.º 1122 requer-se concretamente a conversão da unidade de medida de litros para quilogramas no produto: Ovo líquido (ovo pasteurizado inteiro); e no produto iogurte Grego Natural a conversão de unidade para quilograma, nos termos e conversões apresentados na tabela seguinte:

Artigo	Especificações Técnicas	TABELA DE CONVERSÃO							
		Contrato Inicial				Adenda ao contrato			
		Unidade	Qt.	Preço Unitário	Total	Unidade	Qt.	Preço Unitário	Total
Ovo	Líquido (ovo pasteurizado inteiro), de acordo com a legislação em vigor	lts	1500	3,62€	5 430,00€	Kg	1 455,76	3,73€	5 430,00€

logurte Grego Natural	s/ açúcar, embalagem de 125gr	und	300	0,30€	90,00€	Kg	37,50	2,40€	90,00€
-----------------------	-------------------------------	-----	-----	-------	--------	----	-------	-------	--------

- b) Lote 16 \_ Mercearias \_ Aquisição de Bens Alimentares para o Refeitório Municipal  
– Contrato n.º 1123

No contrato n.º 1123 requer-se concretamente a conversão da unidade de medida de quilogramas para litros nos produtos Ketchup, Leite de Coco e Maionese, nos termos e conversões apresentados na tabela seguinte:

TABELA DE CONVERSÃO								
Contrato Inicial					Adenda ao Contrato			
Artigo	Unidade	Qt.	Preço Unitário	Total	Unidade	Qt.	Preço Unitário	Total
Ketchup	Kg	30	2,46 €	73,80 €	Lt	30	2,46 €	73,80 €
Leite de coco	Kg	50	2,88 €	144,00 €	Lt	50	2,88 €	144,00 €
Maionese	Kg	150	2,29 €	343,50 €	Lt	151,32	2,27 €	343,50 €

4. O contrato pode ser modificado por acordo das partes, com fundamento na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar, quando assim se justifique à luz dos princípios da boa-fé - cf. alínea a), do n.º 1, do artigo 311.º e alínea b), do artigo 312.º do CCP).
5. No caso, verifica-se o requisito de a pretendida modificação não se traduzir numa alteração da natureza global do contrato, considerando as prestações principais que constituem o seu objeto – cf. n.º 1, do artigo 313.º do CCP –, além de que, sendo justificada numa alteração anormal e imprevisível das circunstâncias negociais, de facto, também (i) não afeta as regras da concorrência, designadamente por não consubstanciar qualquer alteração que, se inicialmente prevista no caderno de encargos, determinasse a alteração da ordenação das propostas avaliadas ou a

admissão de outras propostas e (ii) não altera o equilíbrio económico do contrato a favor do cocontratante;

6. A perturbação dos pressupostos negociais, no mencionado contexto, em termos imprevisíveis à data da outorga do contrato, por razões alheias ao contraente público, confere ao cocontratante o direito à modificação do contrato, segundo critérios de equidade – n.º 2, do artigo 314.º do CCP;
7. O município não pode prescindir dos fornecimentos regulares objeto do presente contrato, que se revelam essenciais ao normal desenvolvimento dos serviços camarários e à satisfação das inerentes necessidades públicas;
8. A presente modificação tem efeitos à data da celebração do contrato;
9. Mais se informa que todas as restantes cláusulas dos contratos permanecem inalteradas, nomeadamente a do prazo de execução e a do preço contratual.

Assim proponho, submeter á aprovação do órgão executivo:

1. A modificação contratual dos:

- a) Contrato n.º 1122 - Lote 5\_Refrigerados\_Aquisição de Bens Alimentares para os Refeitórios Escolares – celebrado entre o município e a entidade Sogenave – Sociedade Geral de Abastecimento à Navegação e Indústria Hoteleira, Lda., na conversão das unidades de medida dos bens: Ovo líquido (ovo pasteurizado inteiro); e no produto iogurte Grego Natural, conforme tabela de conversão supra e;
- b) Contrato n.º 1123 – Lote 16\_Mercearias\_\_Aquisição de Bens Alimentares para o Refeitório Municipal – celebrado entre o município e a entidade Sogenave – Sociedade Geral de Abastecimento à Navegação e Indústria Hoteleira, Lda., na conversão das unidades de medida dos bens: Ketchup; Leite de Coco e Maionese, conforme tabela de conversão supra;

- c) Na produção de efeitos à data da celebração dos contratos.

A aprovação das adendas contratuais em anexo, em cumprimento do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 311.º do CCP.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

#### **4.4. Celebração de Contrato Interadministrativo de colaboração entre a Câmara Municipal de Alcochete e o Instituto dos Registos e do Notariado.**

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«De harmonia com o disposto no artigo 23.º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações.

Nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alíneas o) e u) da referida lei, compete à câmara municipal deliberar sobre a forma de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, bem como apoiar atividades de interesse para o município.

O artigo 22.º-A, n.º 1 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, que regula o regime financeiro das autarquias locais, dispõe que os municípios podem colaborar com organismos da administração pública, na prossecução de atribuições ou competências desta.

O Instituto dos Registos e do Notariado (IRN) propõe ao município de Alcochete que seja celebrado entre ambos contrato interadministrativo de colaboração, no sentido de o município disponibilizar ao IRN meios humanos com competências e perfis adequados ao desempenho das atribuições e competências do IRN, nomeadamente, no domínio dos serviços prestados por este relacionados com o cartão de cidadão e com o passaporte.

O IRN tem por missão, entre outras, a prestação de serviços aos cidadãos no domínio da identificação civil, garantindo o direito à identidade constitucionalmente consagrado através da emissão do cartão de cidadão e do passaporte.

A criação de sinergias entre o IRN e o Município de Alcochete vai permitir racionalizar e gerir os recursos humanos necessários para que seja dada resposta atempada aos cidadãos, descongestionando o atendimento no domínio referido no parágrafo anterior.

Importa, por isso, celebrar um contrato interadministrativo de colaboração entre o IRN e o município de Alcochete, de modo a regular as condições da cooperação solicitada, numa conjugação de esforços entre as duas entidades que possibilite uma resposta mais eficaz às necessidades da população neste domínio.

A disponibilização dos recursos humanos será enquadrada no regime de mobilidade, previsto nos artigos 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conforme os termos e condições constantes das minutas anexas à presente proposta, designadamente do Contrato interadministrativo e do respetivo Acordo de Mobilidade.

Neste contexto, e após auscultação prévia junto dos trabalhadores desta autarquia, em dois momentos distintos, registou-se apenas uma manifestação de interesse.

Face ao exposto, proponho que o órgão executivo delibere:

Aprovar a celebração do contrato interadministrativo de colaboração entre o Instituto dos Registos e do Notariado, I.P. e o Município de Alcochete, nos termos constantes das minutas anexas à presente proposta, que regulam os termos da colaboração entre as partes no tocante à afetação pelo Município dos recursos humanos necessários para que o IRN possa desempenhar as suas atribuições no âmbito dos serviços prestados quanto ao cartão de cidadão e ao passaporte.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar as Minutas, como **Doc. 1**.

#### **4.5. Celebração de Contrato Programa com o FPAM - Grupo Motard de Alcochete**

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que há que garantir o apoio às associações e aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades quotidianas sentidas para manter o funcionamento da sua atividade, regular ou pontual, com a devida definição de critérios respeitando os princípios da, equidade social, onde o rigor e a transparência são fatores essenciais para a concretização de um projeto participado, assente na parceria e cooperação.

Assim, considerando:

- As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23.º, n.º 2, alíneas e) e f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento;
- A competência da câmara municipal, nos termos das alíneas o) e u), do artigo 33.º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza as instituições legalmente constituídas, com vista à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;
- A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e comparticipações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria;

- As reuniões dinamizadas com os interessados, com a indicação das propostas de atividades a serem consideradas para o ano de 2025, bem como os critérios para a atribuição dos apoios, tendo os presentes concordado com a proposta apresentada.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €2.800,00 (dois mil e oitocentos euros), ao FPAM-Grupo Motard de Alcochete.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Contrato Programa, como **Doc. 2**.

#### **4.6. Celebração de Contrato Programa com o Futebol Clube de São Francisco**

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que há que garantir o apoio às associações e aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades quotidianas sentidas para manter o funcionamento da sua atividade, regular ou pontual, com a devida definição de critérios respeitando os princípios da, equidade social, onde o rigor e a transparência são fatores essenciais para a concretização de um projeto participado, assente na parceria e cooperação.

Assim, considerando:

- As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23.º, n.º 2, alíneas e) e f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento;
- A competência da câmara municipal, nos termos das alíneas o) e u), do artigo 33.º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza as instituições legalmente constituídas, com

vista à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;

- A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e comparticipações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria;
- As reuniões dinamizadas com os interessados, com a indicação das propostas de atividades a serem consideradas para o ano de 2025, bem como os critérios para a atribuição dos apoios, tendo os presentes concordado com a proposta apresentada.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €16.000,00€ (dezasseis mil euros), ao Futebol Clube de São Francisco.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como anexar o Contrato Programa, como **Doc. 3**.

#### **4.7. Emissão de licença para uso privativo do Domínio Público Municipal para instalação de 2 postos de carregamento para veículos elétricos, na rua Ruy de Sousa Vinagre, em Alcochete com 2 postos/quatro pontos e quatro de lugares de estacionamento – Projeto Ruas Elétricas**

Pelo senhor vereador Pedro Lavrado foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

- Em reunião de câmara realizada no passado dia 2025/07/09 foi deliberado aprovar a emissão de licença de utilização privativa do domínio público municipal para instalação de 2 postos (4 pontos) de carregamento da rede piloto MOBI.E e quatro lugares de estacionamento, na rua Ruy de Sousa Vinagre, em Alcochete, ao operador

a quem foi concessionado no Município de Alcochete – EDP Comercial - , nos termos do disposto na alínea qq) do n.º 1, do artigo 33.º, conjugado com a alínea b), do n.º 2, do artigo 23.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

- Foi ainda aprovado e decidido submeter à Assembleia Municipal ao abrigo do disposto nas alíneas ccc), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, de harmonia com o disposto no n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, como medida de apoio à mobilidade elétrica e descarbonização, a isenção do pagamento das taxas referentes à utilização do espaço público para efeitos da instalação e operação de 2 postos de carregamento de veículos elétricos (4 pontos) e quatro lugares de estacionamento na rua Ruy de Sousa Vinagre, em Alcochete, por um período de 3 anos, ao abrigo do Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e de afixação e inscrição de Publicidade e Tabela de Taxas do Município de Alcochete, no valor de €193.558,11 (cento e noventa e três mil quinhentos e cinquenta e oito euros e onze centimos);
- Sem prejuízo das respetivas atualizações em cada ano civil, decorrente da aplicação do artigo 5.º do Regulamento de Taxas do Município de Alcochete, o pagamento das taxas devidas pelo período de 9 anos será, previsivelmente, de €580.596,81 (quinhentos e oitenta mil, quinhentos e noventa e seis euros e oitenta e um centimos);
- A matéria em causa não está prevista no Regulamento e Tabela de Taxas do Município, em vigor o que obriga a um esforço de interpretação que se pretende equitativo entre o requerido e o serviço a prestar, mantendo o pressuposto fundamental da relação sinalagmática;
- Face ao acima exposto derivado de uma reapreciação dos serviços, verificou-se que o cálculo efetuado enfermava de erro de interpretação e que a aplicação de novos parâmetros apesar de não serem referenciais absolutos para a situação em apreço são os mais corretos, adequados e equitativos, conforme de seguida se demonstra.

Conforme proposta aprovada em reunião de Câmara de 9 de julho de 2025 a ocupação do espaço público pretendida foi taxada com base nos referidos artigos:

Parâmetros do licenciamento:

Duração do solicitado: 12 anos (4380 dias)

Área de ocupação de espaço público:  $(10m \times 4,40m) + ((0,30m \times 0,20m) \times 2) = 44,12m^2$

TAXAS

TAXAS URBANÍSTICAS

Artigo 23.º - Ocupação do domínio público municipal

1. Esta taxa é composta por uma componente fixa correspondente ao custo administrativo e por uma componente variável que diferencia o benefício do sujeito passivo, tendo como referência o custo de amortização e manutenção do espaço público e o tipo de ocupação.
  - a) Pela entrada do processo será paga uma taxa fixa pela licença de ocupação da via pública correspondente ao custo Administrativo: €25,71

Artigo 28.º - Assuntos Administrativos

1. Os atos, serviços e operações de natureza administrativa a praticar no âmbito do regime de urbanização e edificação estão sujeitos ao pagamento das taxas fixadas no presente artigo e, quando similares, assumem valor idêntico ao das mesmas taxas definidas no Regulamento de Taxas Administrativas em vigor no município.

TAXAS ADMINISTRATIVAS

Artigo 59.º - Licença de Ocupação da Via Pública

1. Licença de Ocupação da Via Pública: 13,05€
  2. Acresce ocupação do espaço público valor base de referência
    - I. Ocupação da via pública para atividades comerciais não previstas nos pontos anteriores - por cada 100 m<sup>2</sup> e por dia (€176,73): €176,73 \* 4380 dias = €774.077,40
- TOTAL= €774.116,16 (setecentos e setenta mil centos euros e dezasseis cêntimos)

Efetuada a reanálise e aplicação de novos parâmetros de cálculo constantes na referida tabela de taxas a qual de seguida se demonstra

Parâmetros do licenciamento:

Duração do solicitado: 12 anos (144 meses)

Área de ocupação de espaço público: (10m x 4,40m) + ((0,30m x 0,20m) x 2) = 44,12 m<sup>2</sup>

## TAXAS

### TAXAS URBANÍSTICAS

Artigo 23.º - Ocupação do domínio público municipal

1. Esta taxa é composta por uma componente fixa correspondente ao custo administrativo e por uma componente variável que diferencia o benefício do sujeito passivo, tendo como referência o custo de amortização e manutenção do espaço público e o tipo de ocupação.
  - a) Pela entrada do processo será paga uma taxa fixa pela licença de ocupação da via pública correspondente ao custo Administrativo: €25,71

Artigo 28.º - Assuntos Administrativos

1. Os atos, serviços e operações de natureza administrativa a praticar no âmbito do regime de urbanização e edificação estão sujeitos ao pagamento das taxas fixadas no presente artigo e, quando similares, assumem valor idêntico ao das mesmas taxas definidas no Regulamento de Taxas Administrativas em vigor no município.

## TAXAS ADMINISTRATIVAS

### Artigo 59.º - Licença de Ocupação da Via Pública

1. Licença de Ocupação da Via Pública €13,05
2. Acresce ocupação do espaço público valor base de referência
  - m. Outras ocupações de espaços públicos, não previstas nos números anteriores
    - i. Por m<sup>2</sup> ou m<sup>3</sup> ou fração
      1. Por mês ou fração (€3,00)

$$44,12\text{m}^2 * €3,00 * 144 \text{ meses} = €19059,84$$

TOTAL= €19.098,60 (dezanove e noventa e oito mil euros e sessenta cêntimos).

- Verifica-se, efetivamente, que o novo cálculo para além de mais correto em termos de parâmetros descritivos, na ausência de uma objetividade inequívoca criada para o efeito através da criação de uma taxa para a referida instalação, é aquele que conduz a um cálculo mais claro e direcionado para a situação em apreço;
- Por outro, conforme já manifestado superiormente, não haverá lugar à concessão de isenção por se considerar que o valor das taxas apurado é perfeitamente consentâneo com o serviço prestado denotando uma equilibrada relação sinalagmática e equitativa.

Face ao exposto, propõe-se:

1. Anular a anterior deliberação ocorrida em reunião de câmara realizada no passado dia 2025/07/09;
2. A aprovação da emissão de licença de utilização privativa do domínio público municipal para instalação de 2 postos (4 pontos) de carregamento da rede piloto MOBI.E e quatro lugares de estacionamento, na rua Ruy de Sousa Vinagre, em Alcochete, ao operador a quem foi concessionado no Município de Alcochete – EDP Comercial, nos termos do disposto na alínea qq), do n.º 1, do artigo 33.º, conjugado com a alínea b), do n.º 2, do artigo 23.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, conforme planta topográfica em anexo, cujo valor das taxas, retificado, fixa-se em €19.098,60 (dezanove mil, noventa e oito euros e sessenta cêntimos).»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por maioria, com 4 votos a favor do PS e 2 votos contra da CDU.

#### **4.8. Contrato promessa de compra e venda de parcela de terreno na “Quinta da Pacheca”**

Pelo senhor vereador Pedro Lavrado foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

- A) Adelaide da Conceição Elias Mesquita é proprietária do prédio misto denominado de Quinta da Pacheca, freguesia de São Francisco, concelho de Alcochete, inscrito na matriz a parte rústica sob o artigo 1, da Secção “V”, e a parte urbana sob os artigos 879 e 880, ambos da freguesia de São Francisco, concelho de Alcochete, com a área total de 35,464000ha, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcochete sob o n.º 2536/20021206, da dita freguesia;

- B) Em fevereiro de 2009, o município promoveu, no identificado terreno pela obra de construção do coletor gravítico e conduta elevatória e a construção da Estação Elevatória de Esgotos Domésticos (E.E.E.) e procedeu ao desvio da linha de água existente (água pluvial) alterando o seu traçado original, para o traçado em que, ainda, hoje se encontra;
- C) Frustrados os termos do acordo celebrado, entre o município e o então proprietário, Francisco José Elias, e que estiveram na base da prévia autorização deste à execução das aludidas infraestruturas, ficou, por um lado por finalizar a E.E.E., nomeadamente com a colocação de todos os equipamentos necessários ao seu funcionamento e por outro, ficou o terreno afetado pelas construções e pela alteração da linha de água, numa área aproximada de 12.722,00 m<sup>2</sup>, assim, insuscetível e impedida de ser utilizada para o seu fim agrícola, com a inerente perda de rendabilidade – situação que se mantém até ao presente;
- D) No âmbito de conversações despoletadas entre as PARTES, e que decorreram de novembro de 2024 a junho de 2025, o município manifestou interesse na aquisição da parcela de terreno, do prédio identificado no Considerando A), com a área de 12.722,00 m<sup>2</sup> – conforme delimitada em planta cartográfica junta a esta proposta, como ANEXO I - necessária para que as infraestruturas construídas estejam no domínio público, e propôs a aquisição pela via do direito privado da identificada parcela de terreno, pelo valor de €120.859,00 (cento e vinte mil e oitocentos e cinquenta e nove euros), conforme avaliação, efetuada por um perito avaliador certificado pela CMVM - cujo relatório, com indicação da área e do valor da parcela em causa, se junta à presente proposta como ANEXO II, dela fazendo parte integrante;
- E) Acresce, ainda, o pagamento da quantia €182.859,00 (cento e oitenta e dois mil oitocentos e cinquenta e nove euros) a título de compensação, pela privação do uso e cultivo da área afetada, calculado de acordo com o valor do rendimento fundiário constante do relatório de avaliação em ANEXO II e demais contrapartidas previstas no presente Contrato Promessa de Compra e Venda.

Propõe-se que:

- 1) Seja autorizada a celebração do Contrato Promessa de Compra e Venda de parcela de terreno na “Quinta da Pacheca”, conforme minuta que se anexa, com produção de efeitos condicionados à aprovação pela Assembleia Municipal da Prévia Autorização de Compromissos Plurianuais;
- 2) Que a câmara municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º e do artigo 24.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea b), do artigo 3.º e alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, submeter à apreciação da próxima sessão da Assembleia Municipal a Prévia Autorização de Compromissos Plurianuais para os Anos Económicos de 2025 e 2026, repartidos da seguinte forma:
  - a) Aquisição de Parcela de Terreno  
2025 - €40.000,00;  
2026 - €80.859,00;
  - b) A Título de Compensação  
2026 - €182.859,00»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por maioria, com 4 votos a favor do PS e 2 abstenções da CDU., bem como anexar o Anexo I e Anexo II, como **Doc. 4.**

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal.

O senhor vereador Jorge Giro apresentou a seguinte declaração de voto, em nome da CDU:

«Os €182.000,00 por algo que não aconteceu nem naquele espaço nem na zona de envolvente criam-nos muitas dúvidas, portanto, nós por este facto vamo-nos abster neste ponto, não vamos votar contra porque se fôssemos votar contra o que não ia acontecer, porque ninguém traz uma proposta para depois votar contra a sua proposta penso eu, mas acho que não nos fica bem votar contra até reconhecendo o processo, mas vamo-nos abster precisamente e somente por causa destes €182.000,00 que são quase €183.000,00 que pensamos que não fazem sentido estar aqui nesta contemplação e que deveria ser só a área pelo valor encontrado à mesma.»

#### **4.9. Código de Conduta do Município de Alcochete – Aprovação e submissão à Assembleia Municipal**

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que a Câmara Municipal de Alcochete aprovou o Código de Conduta do Município de Alcochete em 2020, o qual sistematiza as linhas de orientação em matéria administrativa, de ética e conduta profissional e dos padrões de comportamento que se pretende que sejam reconhecidos e adotados por todos os agentes públicos – membros dos órgãos municipais (eleitos locais), dirigentes, trabalhadores, estagiários e outros colaboradores, em exercício de funções no Município de Alcochete, independentemente do seu vínculo laboral, afirmando os princípios fundamentais do serviço público;

Considerando ainda que, nos termos do exposto no n.º 1, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, o qual criou o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e estabeleceu o RGPC, “as entidades abrangidas adotam e implementam um programa de cumprimento normativo que inclua, pelo menos, um plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas (PPR), um código de conduta, um programa de formação e um canal de denúncias, a fim de prevenirem, detetarem e sancionarem atos de corrupção e infrações conexas, levados a cabo contra ou através da entidade”;

Que, de acordo com o previsto no n.º 1, do artigo 7.º, do mesmo diploma, “as entidades abrangidas adotam um código de conduta que estabeleça o conjunto de princípios, valores

e regras de atuação de todos os dirigentes e trabalhadores em matéria de ética profissional, tendo em consideração as normas penais referentes à corrupção e às infrações conexas e os riscos de exposição da entidade a estes crimes”;

E que, face à evolução normativa verificada nos últimos anos, designadamente o mencionado Regime Geral de Prevenção da Corrupção (Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 09 de dezembro) e o Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações (Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro) e no sentido de consolidar o cumprimento normativo destes diplomas, procedeu-se à elaboração de um novo Código de Conduta do Município de Alcochete que, aquando da sua entrada em vigor, revogará o Código de Conduta existente.

Na sequência do exposto e após submissão do Código de Conduta do Município de Alcochete a um período de audiência de interessados, de acordo com o artigo 100.º, do Decreto-Lei n.º 4/2005 (Novo Código do Procedimento Administrativo), ultrapassado o respetivo prazo, rececionou-se um contributo por parte de uma estrutura sindical, relativo aos direitos de confidencialidade e seguimento da denúncia, estatuídos nos artigos 11.º e 18.º da Lei n.º 93/2021 de 20 de dezembro, o qual não foi considerado/relevado uma vez que o Código de Conduta do Município de Alcochete contempla, no artigo 62.º “O Regime de Proteção ao Denunciante e Testemunha”, estabelecendo que os denunciantes “Gozam, nos termos da Lei, de um regime específico de proteção de denunciantes, sendo-lhes garantido o anonimato, quando o pretendam, a confidencialidade, imparcialidade, eficiência e celeridade no processo”. Assim, a transposição detalhada destes direitos para o texto do Código de Conduta revelar-se-ia redundante, uma vez que os mesmos já se encontram assegurados através do canal de denúncias, cujos atributos e garantias são públicos, acessíveis e transparentes para todos os intervenientes.

Este canal digital, já instituído, cumpre o disposto na Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, assegurando, designadamente, os direitos previstos nos artigos 11.º (confidencialidade) e 18.º (seguimento da denúncia).

De facto, o canal de denúncias do município de Alcochete já incorpora expressamente todos os requisitos essenciais previstos na legislação aplicável, designadamente:

- Condições de proteção do denunciante, assegurando anonimato, confidencialidade e prevenção contrarretaliação;
- Condições de proteção da pessoa visada;
- Responsabilidades dos denunciantes, promovendo o uso responsável e fundamentado do canal;
- Prazo de notificação da receção da denúncia (7 dias);
- Prazo de informação ao denunciante relativamente ao seguimento dado à denúncia (até 3 meses).

Em suma, entende-se que o Código de Conduta, em articulação com o canal de denúncias já implementado, assegura plenamente o cumprimento da legislação aplicável e garante todas as salvaguardas necessárias aos denunciantes e demais intervenientes, não se afigurando necessária a replicação literal dos artigos 11.º e 18.º da Lei n.º 93/2021.

Face ao mencionado, no uso da competência prevista na alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 19.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, na sua redação atual, bem como ao abrigo do artigo 11.º conjugado com os artigos 5.º e 7.º, todos do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 09 de dezembro, propõe-se que a câmara municipal delibere no sentido de aprovar o novo Código de Conduta do Município de Alcochete com base nos pressupostos descritos e remeter à Assembleia Municipal.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal.

#### **4.10. Pedido de autorização para recurso a reserva de recrutamento interno para provimento gradual de oito postos de trabalho da carreira de assistente**

**operacional, área da educação, no regime de contrato de trabalho a termo incerto**

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

No município de Alcochete, cerca de 130 assistentes operacionais são necessários para assegurar o regular funcionamento das escolas do concelho. As ausências por motivo de doença são significativas e comprometem de imediato não só o normal desenvolvimento das atividades escolares, como também o cumprimento dos rácios mínimos legalmente exigidos, essenciais para garantir a missão do serviço público de apoio às comunidades educativas;

As ausências, muitas vezes frequentes e prolongadas, tornam imprescindível acionar mecanismos de substituição temporária. Estas substituições apenas podem ser assegurados através do provimento dos lugares vagos com assistentes operacionais contratados a termo incerto, com recurso às reservas de recrutamento existentes no município e cujos contratos cessam automaticamente com o regresso do trabalhador substituído;

No atual Mapa de Pessoal da autarquia existem 11 postos de trabalho de assistente operacional na área da educação, em regime de contrato de trabalho a termo incerto, dos quais 3 se encontram ocupados através da anterior reserva de recrutamento, entretanto totalmente utilizada;

Assim, face ao término da anterior reserva, o município abriu novo procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento, publicado na 2.ª Série do “Diário da República”, n.º 117, de 20/06/2025, cuja lista de ordenação final foi homologada pela senhora vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos em 25/09/2025, tendo sido publicada em suplemento na 2.ª Série do “Diário da República” no dia de hoje, 26/09/2025;

Esta reserva destina-se assim a responder a necessidades temporárias e imprevistas, decorrentes de ausências prolongadas, que exigem resposta imediata, sob pena de sérios constrangimentos no funcionamento dos serviços de educação.

Face ao exposto e a todo o articulado jurídico, sustentado pela informação da DAGR n.º 45/2025, anexa e considerando que se encontram cumpridos todos os requisitos previstos para o efeito, proponho, submeter à aprovação do órgão executivo, o recurso à nova reserva de recrutamento acima identificada para o preenchimento dos 8 lugares atualmente vagos no Mapa de Pessoal do município, na categoria de assistente operacional na área da educação, em regime de contrato de trabalho a termo incerto, com afetação à DEIS - Divisão de Educação Intervenção Social, de forma gradual e proporcional às necessidades que forem surgindo, até à ocupação integral dos 8 lugares ou até ao termo da validade da reserva (24/03/2027), consoante o que ocorrer primeiro.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar a Informação, como **Doc. 5**.

#### **4.11. Abertura de procedimento concursal para recrutamento de dois assistentes operacionais na área do Recolha de Resíduos e Bio resíduos, no regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado**

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foi apresentada a seguinte proposta:

«O artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, prevê a possibilidade de recrutamento de trabalhadores para o preenchimento de postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal do município.

Neste contexto, cumpre salientar a necessidade de recrutamento identificada pelo dirigente da Divisão de Ambiente, Higiene Urbana e Espaços Verdes (DAHUEV), para o provimento de dois postos de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional, na área de recolha de resíduos e bio resíduos. A fundamentação desta necessidade resulta da vacatura

de 2 postos de trabalho um por aposentação e outro por denúncia de contrato de trabalho durante o período experimental, o que deixou vagos os respetivos postos e compromete atualmente a composição mínima das equipas operacionais, afetando a normal prestação do serviço.

Acresce que a Informação n.º 46/2025, emitida pela Divisão de Administração e Gestão de Recursos (DAGR), cuja cópia se anexa e que integra a presente proposta, confirma o cumprimento dos requisitos legais e administrativos exigidos, designadamente a existência dos postos de trabalho vagos no Mapa de Pessoal e o respetivo cabimento orçamental.

Estando, assim, reunidas as condições legais para a oportuna contratação de dois trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, considera-se adequado que o procedimento concursal a realizar permita a candidatura de trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, nos termos do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na sua redação atual e do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Face ao exposto, proponho, que a câmara municipal delibere:

Autorizar, nos termos do n.º 1, do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, a abertura de procedimento concursal para recrutamento de dois assistentes operacionais, na área de recolha de resíduos e bio resíduos, para ocupação dos postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal, com vista à constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como anexar a Informação, como **Doc. 6**.

## **5. Apoios financeiros**

Não foram apresentadas propostas.

## **6. Informações**

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte informação:

- Minuta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 18 de setembro de 2025, em anexo, como **Doc. 7.**

## **D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO**

Não se registaram intervenções.

Antes de encerrar a reunião, o senhor presidente e por ser a última reunião do atual mandato, concedeu a palavra às senhoras vereadoras e aos senhores vereadores:

- Senhor vereador Jorge Giro

«Senhor presidente, senhora vice-presidente, senhora vereadora, senhores vereadores, senhoras e senhores trabalhadores da Câmara Municipal de Alcochete, senhoras e senhores que nos ouvem e/ou veem através dos meios audiovisuais.

A vida é feita de ciclos!

Falo-vos de um ciclo que durou mais de duas décadas permitindo que, em sucessivas funções mandatadas pelas populações do nosso concelho, pudesse dar o meu contributo para o desenvolvimento e embelezamento da terra que me viu nascer e que muito amo.

Quer no exercício das minhas funções enquanto deputado municipal, quer como vereador na câmara municipal, quer ainda como mandatário de uma candidatura às eleições legislativas, bem como através da representação do município em diversos órgãos institucionais (locais, regionais e nacionais) onde, pela sua proximidade e crescimento, tive

o privilégio de aprender e também contribuir com a minha experiência, destacando a Fundação João Gonçalves Júnior e a Fundação das Salinas do Samouco, foram inúmeras as responsabilidades que enriqueceram a minha forma de ser e de estar na vida política, em sociedade e em família.

Foram igualmente inúmeras as decisões e as obras que tive a honra e o privilégio de planear, projetar e construir em coletivo, para que o concelho de Alcochete se tornasse, hoje, tão visitado e apelativo, nunca deixando de manter a sua beleza tão peculiar e nunca perdendo a qualidade de vida para quem aqui vive, e que nos distingue dos demais concelhos.

Nem sempre agradamos a todos!

No entanto, foi sempre a pensar em todos que canalizei o meu pensamento e as minhas forças ao longo destes anos, para a melhoria do bem-estar e para a beneficiação da qualidade de vida de cada um.

Termino este ciclo com o sentido de dever cumprido. Termino-o com a consciência tranquila com o que me faz andar de cabeça bem erguida pelas ruas do nosso concelho: a minha honestidade e verticalidade!

Alcochete conhece-me!

Às populações do nosso concelho, agradeço de coração toda a confiança que em mim depositaram.

Acreditem quando afirmo que, levo a todos no coração e que guardarei com muito carinho as palavras, os gestos que me foram dirigidos e os muitos momentos que partilhámos juntos.

Aos órgãos sociais que fizeram e fazem parte do nosso movimento associativo, o meu muito obrigado pelas palavras e pelos gestos que me dirigiram, bem como pelos muitos bons momentos que passámos juntos.

Vocês são insubstituíveis e são um dos pilares fundamentais na preservação da nossa cultura e identidade local.

Agradeço igualmente a todos os trabalhadores da câmara municipal e das juntas de freguesia, com quem tive a enorme honra e a felicidade de trabalhar.

Vocês serão sempre o principal ativo e a imagem do nosso muito querido concelho!

Agradeço a todos os meus camaradas de Partido, que comigo trilharam este caminho, pela força, pela luta e pelo trabalho realizado em prol do nosso maior ideal político: O concelho de Alcochete!

Agradeço ainda a todos os vereadores, aos deputados municipais, aos membros das bancadas, aos presidentes das juntas de freguesia e aos presidentes da assembleia municipal que fizeram parte deste meu ciclo, Incluindo os que foram meus adversários políticos, pelo trabalho feito em conjunto. Não quero deixar de mencionar que foram somente isso, adversários políticos! Qualquer discussão mais acesa ou qualquer divergência mais marcada, estou certo que teve por base o que cada um entende ser o melhor para o nosso concelho.

Ao atual presidente da câmara municipal, Fernando Pinto, a quem conheço desde que éramos muito jovens, as nossas divergências, reitero, tiveram sempre um cariz político e nada acima disso.

Ao presidente Luís Franco, que me acompanhou na quase totalidade deste ciclo político, foi um enorme prazer trabalhar contigo e foi um privilégio assistir de perto ao teu pensamento e à tua capacidade de trabalho na projeção do nosso concelho.

A regeneração de toda a Frente Ribeirinha de Alcochete, tanto na área que já está requalificada, assim como, na área que falta requalificar, é digna de enaltecer, estando somente ao alcance dos predestinados. Um bem-haja a todos os envolvidos neste trabalho maravilhoso.

Agradeço a todos os meus amigos pela paciência que tiveram em ouvir as minhas convicções, bem como em escutar as minhas dissertações políticas sobre o nosso concelho, mesmo quando não havia unanimidade no assunto!

A nossa amizade está bem acima de qualquer divergência ideológica ou de qualquer diferença de pensamento acerca do concelho.

Por fim, mas nunca em último lugar e sempre em posição primeira, um agradecimento à minha família e em especial aos meus filhos e à minha mãe. Vocês foram sempre o meu porto de abrigo!

Durante todos estes anos, foram os mais sacrificados. Sacrificados devido às minhas ausências, preteridos em relação às minhas obrigações políticas e assistentes dos meus momentos menos bons, nunca deixando, porém, de me dar uma palavra de consolo e um abraço quando o mesmo era necessário. Foi convosco também que partilhei inúmeros momentos felizes e vivenciei múltiplas experiências de orgulho e felicidade pelo trabalho realizado. Acredito convictamente que comigo comungam desse orgulho e dessa felicidade.

Digo diversas vezes que “Alcochete, é um projeto inacabado!” Sempre assim o será!

Sei e todos sabemos que temos de acompanhar a evolução das coisas e dos tempos.

Espero com todo o coração que saibamos fazer evoluir Alcochete, fazendo-o como temos feitos até aqui, com resistência e resiliência à pressão imobiliária, com gosto e com sentido de responsabilidade, nunca perdendo de vista o nosso bem maior: a nossa imagem e a nossa identidade local.

Parafraseando José Hermano Saraiva, “... é preciso que as inovações indispensáveis não sejam feitas de maneira a destruir aquilo que já nos enchia de encanto...” é nesse sentido que estou aqui no meio do Tejo, a dizer para quem me ouve, por favor, não estraguem Alcochete!”

Um abraço Alcochetano.»

- Senhor vereador Pedro Ferreira

«Tal como o senhor vereador Jorge Giro esta também é a minha última reunião, é o encerrar de um ciclo, não só por que vai haver eleições, mas também porque não sou candidato desta vez, não integro qualquer candidatura a qualquer órgão autárquico do concelho nem de outro concelho qualquer.

São 16 anos, de grosso modo é uma vida inteira porque a minha família também foi assim, são 16 anos que trazemos muitas coisas boas, as chatices têm que haver, a luta política tem que haver, ainda hoje tivemos aqui divergências de opiniões, mas a nossa amizade, o nosso conhecimento, prevalece em relação a isso tudo, é um prazer acho que é das melhores coisas que nós levamos é um dia a ser autarca do concelho ou no meu caso da terra onde nasci e onde moro, não é um fechar portas é um até já, é pensar que vou estar numa outra fase, que é estar atento de uma outra forma, não estando a vivenciar, aquilo também que por vezes nós temos que pensar um bocadinho, temos que parar, temos que saber parar, temos que saber que há outros que também podem dar o melhor de si e agora também chegou a minha vez de parar um bocadinho, nunca digo nunca, não sei se um dia voltarei, não sei se um dia me atrevo outra vez a dar o meu tempo e isto que o Jorge diz os nossos são quem... e todos nós sofremos isso no dia a dia, são 21h30 e estamos aqui e não estamos com os nossos, por exemplo, mas também sabíamos perfeitamente para o que vínhamos, mas acima de tudo foi um prazer a lidação que tivemos entre todos, as lutas políticas, tudo enriquece-nos, levo daqui muitos amigos e continuamos amigos acima de tudo, mas penso que tentei de alguma forma fazer uma posição construtiva, dando opiniões, espero que acolham aquilo que fui dizendo, também pretendi de alguma forma melhorar aquilo que são os regulamentos, que são aquelas coisas que fui dizendo ao longo dos tempos, para que também as coisas sejam mais ágeis e mais fáceis de interpretação e algumas até que não tenham de vir à câmara, porque facilita também o trabalho dia a dia dos autarcas.

Como disse continuarei atento, continuarei disponível, continuarei a lutar com aquilo que for necessário para que este concelho continue a ser o concelho que amo, que eu acho que é um território único e nós temos que ter essa vaidade de ainda termos este território único e

que não o percamos com todo tipo de especulação que possa vir, seja imobiliária, seja de outro modo qualquer, acho que isso é importante, quero agradecer também ao meu Partido e à população, porque se sou autarca é porque o meu Partido primeiro quis que eu fosse candidato e depois a população que me deu também essa confiança eu quero agradecer isso a todos aqueles que trabalharam comigo a todos os trabalhadores que eram das autarquias, porque também tive mais tempo que fui numa junta de freguesia, a todos sem exceção acho que foi muito bom a lidação que tivemos e vamos continuar a ter de outra forma, agora passo a ser apenas munícipe e se for ser mais chato ou menos chato como munícipe não sei, mas de alguma forma dizer que é um orgulho, esta despedida para mim também é um orgulho, não saio chateado com ninguém, não sou candidato porque estou chateado acima de tudo com o meu Partido, não estou, antes pelo contrário, eu continuo a ter as minhas convicções achei que era o meu momento também para parar um pouco, porque também preciso do tempo para a minha família, para mim sabendo que a paixão pela política não se vai perder. Aquilo que perco e já venho perdendo a algum tempo é aquilo que se faz muitas vezes e hoje falamos aí de várias coisas é a “politicuzinha”, isso para mim não consigo conceber que todos nós tenhamos pontos de vista diferentes e é assim que se constrói o futuro é termos pontos de vista diferentes, é termos essa capacidade de olharmos e debatermos por muito que nós consideramos que é assim, os outros consideram que é de outra forma, mas é assim que se constrói, é com a divergência de opiniões também que enriquecemos e acho que saio aqui muito mais rico ao fim destes 16 anos como autarca e agradecer a todos e desejar-vos a todos sem exceção que a vida vos sorria sempre e que agora o próximo ciclo quem a população escolher que saiba dar continuidade a esta tarefa que não é fácil e que perceba que não é nada fácil estar numa vida autárquica, porque muitas vezes não temos vida só temos esta.

Nós enquanto eleitos sem pelouro, temos a vida mais facilitada, mas temos a nossa vida lá fora também, mas percebemos perfeitamente que são noites, são dias, são fins de semana é uma panóplia de coisas que as pessoas muitas vezes nem dão o valor e aqui o que eu costumo dizer é que seja qual for o eleito, seja na Câmara Municipal de Alcochete, seja nas juntas de freguesia do concelho, seja no país inteiro, são muito mal renumerados, porque nunca são sete horas, nunca foram sete horas. Um eleito que se dedique sete horas está muito mal e não vai correr bem, a seguir a população fazer o seu juízo.

Orgulho, satisfação enorme de desempenhar estes cargos, acho que o fiz da melhor maneira que soube e acho que também não defraudei ninguém e continuamos amigos continuamos a ver-nos por aí e aquilo que necessitarem também estarei disponível. Obrigado.»

– Senhora vereadora Ana Sofia Maduro

Para mim foi um orgulho enorme enquanto nascida, criada, casei, é aqui que moro, é aqui que tenho a minha filha, poder exercer funções na terra que sempre conheci e que me conhece também desde sempre. Há aqui pessoas que eu conheço há 50 anos que é a minha idade, é a idade dessas mesmas pessoas, uns mais outros menos, mas que nos conhecemos desde sempre e que me orgulho muito de chamar amigos.

Para além disso sinto que tive oportunidade de fazer e de sair agora este ciclo, não sei se ficarei aqui ou não, mas é um encerramento de ciclo, de dever cumprido. Espero que tenha correspondido às expectativas do presidente que foi quem me convidou para integrar as listas, que eu agradeço muito de coração, que fica como amigo. Muito obrigada Fernando Pinto pela oportunidade que me deste, o mesmo à Maria de Fátima Soares, ao Pedro Lavrado, ao Dário Moura e a todas as pessoas que compunham a lista e que, independentemente de sermos ou não eleitos para estes cargos, a amizade, o companheirismo, a boa disposição que conseguimos manter é muito bom, o ambiente é muito bom, perdoem-me se eu fui um bocadinho impulsiva, sei disso, e levo sinceramente muita amizade e espero que tenha correspondido a todas as vossas expectativas tanto no facto de trazer conhecimento de 20 anos de trabalho da administração que tenho, porque não sou política de profissão. Fico bastante grata por ter tido esta oportunidade de desempenhar funções.

Quero também agradecer às equipas com quem trabalhei diretamente, a todas as pessoas com quem trabalhei. Conheço a maior parte dos trabalhadores que aqui se encontram, isto para mim não é novidade, pois já trabalhei no município durante seis anos enquanto técnica, e não posso deixar de agradecer o trabalho, o empenho, as muitas horas que tanto os dirigentes, como os técnicos, como os administrativos, como os assistentes operacionais tiveram no seu trabalho, no empenho que tiveram. O meu muito obrigado só assim foi

possível ultrapassar e concretizar muitas situações, às vezes complexas. Levo muitas amizades da câmara municipal.

Por fim e eu não gosto muito de falar nisto, mas não posso deixar de agradecer ao meu marido excepcional e à minha filha maravilhosa por compreenderem, muitas vezes, o que levo para casa daquilo que passamos na câmara municipal, pois não é justo para eles terem de ouvir determinadas coisas, e por compreenderem a disponibilidade que nós temos de ter para o exercício destas funções.

O meu obrigada a todos.»

– Senhor vereador Pedro Lavrado

«Ao fim destes oito anos, fechamos um ciclo de quatro, mas estou aqui há oito anos, sinto que tenho a consciência tranquila, tenho a consciência que tenho feito o melhor que posso e que sei pela minha terra, pela minha gente, muitas vezes errando, muitas vezes pensando que o que se faz é o melhor, mas depois chega-se à conclusão que não é, mas isto faz parte da condição humana o errar e o reconhecer o erro, mas sinto que todos nós temos feito um trabalho profícuo, um trabalho que não tenho dúvidas, deixará marcas na nossa terra e deixaremos a nossa marca na nossa terra.

Se aqui estou devo ao Fernando Pinto, a pessoa que há oito anos me arrastou literalmente para esta aventura, nunca na vida me passou pela cabeça que poderia estar nestas funções. No entanto ele confiou em mim, não desistiu e tenho dado o melhor de mim e espero que a população assim o reconheça e também agradecer à população o carinho e as palavras e muitas vezes os ralhetes que me vão dando pela rua fora, porque isto também nos faz aprender, nos faz crescer, nos faz mudar de ideias, porque muitas vezes temos uma ideia para uma coisa e é esse contacto, esse convívio com a população nos faz muitas vezes mudar de ideias e pensar afinal se calhar este não é o caminho, se calhar é melhor irmos por outro lado, mas acima de tudo e acho que um dos grandes segredos daquilo que tem sido o nosso trabalho, que tem sido a nossa equipa, é a grande amizade que nos une, que temos mantido, que já nos une quase que desde que nos conhecemos como pessoas, mas que temos conseguido manter ao longo destes 8 anos, que têm sido 8 anos difíceis, 8 anos de muito esforço, de muita entrega, muito sacrifício, mas que sempre nos soubemos

respeitar uns aos outros, ouvindo as suas ideias e sempre pensando naquilo que seria melhor para Alcochete.

Também uma palavra aos vereadores da oposição, ao Jorge Giro e ao Pedro Ferreira, o Pedro já nesta reta final, mas também a amizade que nos une já desde os tempos da escola e ao Jorge também, tem sido muito gratificante fazer este caminho com vocês, muitas vezes e faz parte com ideias diferentes, com discussões mais acaloradas, ainda hoje divergimos nas nossas opiniões, mas sempre com o superior interesse de Alcochete na mente. Cada um tentando fazer melhor à sua maneira, aquilo que sabe e de acordo com aquilo que julga ser melhor, mas sempre nos respeitamos e faço votos que daqui para a frente no mandato que aí virá e de acordo com as escolhas que a população fizer, que esta elevação e que o superior interesse de Alcochete esteja sempre acima de tudo.

Uma palavra também a todos os colaboradores do município principalmente aqueles que mais diretamente trabalham comigo, mas não só, mas aqueles que mais diretamente trabalham comigo pelo esforço que fazem no seu dia-a-dia, por tudo aquilo que me têm ensinado ao longo destes anos. Não é fácil vir do setor privado e entrar na Administração Pública com tudo aquilo que acarreta e aquilo que hoje consigo fazer e que sei que ainda tenho muito que aprender, mas a eles o devo e que todos os dias se esforçam por me ajudar, mas principalmente todos os dias se esforçam por Alcochete ser cada vez melhor; se Alcochete vai evoluindo, se Alcochete melhora, muito se deve ao trabalho deles, um grande obrigado por tudo aquilo que tem feito por mim e por tudo aquilo que me tem ensinado.

Por último como não podia deixar de ser também, um agradecimento à minha família por tudo aquilo que tem passado ao longo destes anos, não é fácil ser família de uma pessoa que está exposta publicamente e eles também sofrem isso, às vezes até mais do que nós e tudo aquilo que aturam tudo o que levamos para casa e as más disposições e os problemas e as grandes ausências, portanto uma palavra para a minha mulher e para os meus filhos por tudo o que têm feito por mim e também eles pelo sacrifício que eles também têm feito ao longo destes anos.»

- Senhora vereadora Maria de Fátima Soares

«Obviamente que assino por baixo daquilo que quer os meus companheiros de bancada, quer os meus companheiros de oposição disseram, é transversal a todos nós aquilo que se passa na vida autárquica,

Desejar que este seja um período de campanha eleitoral que se iniciou ontem, que sirva para esclarecer a nossa população, que decorra sempre com elevação e que essencialmente saibamos manter a dignidade necessária e que nos assiste enquanto autarcas e representantes desta mesma nossa população, Chegamos ao fim de mais um ciclo, para mim é um segundo ciclo, dizer-vos que tem sido um gosto enorme, tem sido uma experiência sem igual, foram oito anos muito desgastantes, como aqui referiram, de uma entrega total, uma entrega enorme, abdiqei por uns anos da minha carreira, carreira suspensa, graças a Deus nunca precisei da política para viver. Tenho uma carreira de professora com quase 30 anos, mas de facto fiz uma pausa e há oito anos que me dedico com muito sacrifício de família, porque também tenho filhos e também tenho marido e de facto são os primeiros a levar com este abalo, mas pronto, também estou aqui porque quero e também estou aqui porque abdico do meu próprio tempo e, essencialmente, porque outros valores se levantaram, nomeadamente o amor à terra que neste caso me viu nascer, aqui cresci, aqui casei, aqui crio os meus filhos e por aqui espero ficar até ao fim da minha vida e para além disso também.

Ao longo desta experiência de oito anos e eu chamo que é uma experiência de aprendizagem é assim que eu considero, o que eu levo essencialmente no meu coração são as pessoas, já disse isso há quatro anos quando terminei este primeiro ciclo e são as pessoas que nos ensinam, são as pessoas que nos fazem levantar da cama todos os dias e são as pessoas que nos fazem vir trabalhar com garra e com convicção. Melhorar a vida das pessoas é esse o nosso melhor desejo e é algo transcendente também e dizer-vos também por experiência e, porque são oito anos, já considero ter alguma experiência neste ramo e quem vem à procura de outra coisa não terá sucesso obviamente, não se sentirá nunca realizado, ajudar é o melhor, portanto, há pouco dizia-vos que suspendi a minha carreira, obviamente ,se professora é a minha vocação eu acho que estar aqui e melhorar a vida das pessoas é a minha missão. Quero desejar a todas e a todos, aos vereadores, ao senhor presidente, aos companheiros desta luta, aos trabalhadores da autarquia em geral, se bem que ainda vamos ter muito tempo para despedidas se de facto nos tivermos de despedir, mas terminando este

fim de ciclo, dizer que eu sei que tenho consciência que não sou uma pessoa fácil, vou dizer espontânea, sou muito espontânea, mas dizer que tem sido um orgulho enorme em encabeçar estas equipas e os pelouros que o senhor presidente afetou à minha pessoa. Tem sido uma experiência inigualável, tenho aprendido muito, muito, e há uma perspetiva aqui e isto pode, o que eu vou dizer pode parecer um clichê, que eu já dizia isto porque também já fiz parte de muitas direções do movimento associativo e dizia quando representava dessa forma, eu acho que toda a gente deveria passar por aqui, quer seja por uma junta de freguesia, de uma assembleia municipal, um Executivo municipal, eu acho que faz falta a muita gente estar neste lugar, tomar decisões e saber aquilo que de facto nós passamos aqui diariamente, eu não estou a queixar, é só para que todos possamos ter uma perspetiva do que é o serviço público, é muito difícil e é muito difícil como vocês já disseram aqui, porque somos pessoas, tudo bem, estamos expostos na nossa rua, na nossa localidade, mas não é para mais do que este universo, mas de facto é muito difícil trabalhar, viver, tomar decisões criar os nossos filhos na nossa terra, toda a gente sabe onde é que nós moramos, toda a gente sabe onde é que nos encontra, toda a gente conhece as nossas rotinas, não é nada fácil, mas também se fosse fácil não estávamos aqui nós e estavam aqui outros.

Desejar aos senhores vereadores as melhores felicidades pessoais, profissionais eu tenho o privilégio de alguns vereadores que passaram aqui, nomeadamente até pela oposição, de já ter um passado com essas pessoas, andámos juntos na escola, fomos amigos, também nos cruzámos em associações, portanto Alcochete é muito pequeno e se antigamente éramos todos primos uns dos outros, agora pelo menos conhecemos todos, o que é muito agradável.

Se alguma vez fui desagradável, ou se alguma vez fui mais encrespada, que faz parte, nós sabemos que faz parte, às vezes entusiasmamos, vamos entusiasmados com os assuntos, com as discussões mas é tal coisa, chegamos a casa metemos a cabeça na almofada, dormimos aí quatro horas, mas no dia seguinte a coisa já está composta e o que é essencial é que saibamos preservar a nossa terra como aqui foi dito, lutarmos pela nossa terra para que exista um futuro para os nossos filhos e para os filhos dos nossos filhos. Isso é essencial e é por isso que eu estou aqui, que me levanto todos os dias, é para lutar pela minha terra que eu amo, não morava em mais lugar nenhum do mundo e para que toda a gente possa

ter um futuro melhor, portanto é um até já, sou candidata como todos sabem não me retiro seja em que circunstância for, vamo-nos vendo por aí.»

– Senhor presidente

«Quero começar esta minha intervenção final precisamente por aqueles que na minha modesta opinião são os pilares fundamentais do trabalho diário da autarquia, os seus trabalhadores, independentemente da posição que cada um deles ocupa, são eles que ajudam a transformar Alcochete para melhor, são eles que fazem o trabalho mais difícil quer do ponto de vista da higiene urbana, quer do ponto de vista social, quer do ponto de vista do planeamento, quer do ponto de vista educacional, do desporto, quer do que seja. A todos eles deixo um abraço fraterno, solidário, agradecendo tudo aquilo que me ensinaram, tudo aquilo que fizeram de mim, um homem melhor.

Quero também agradecer a todas e a todos aqueles que não apenas e só nas reuniões de câmara, mas nas assembleias municipais, na preparação dos trabalhos para estes dois órgãos, a minha vice-presidente Maria Soares, o meu vereador Pedro Lavrado, a minha vereadora Ana Sofia Maduro, o meu vereador Dário Moura que hoje infelizmente por questões familiares não pode estar naturalmente aqui presente, dizer que se em boa hora vos desafiei, foi porque havia a menina da minha vida que me piscava os olhos de forma permanente, essa menina chama-se Alcochete, um dia disse à minha mulher que se eu tivesse que trair por alguém, seria seguramente por Alcochete.

Não posso também deixar aqui de referir e deixando uma palavra de muito apreço, dizer que não interessa como é que tudo isto começou e aquilo que interessa é como é que isto acaba e isto acaba com o vereador Jorge Giro e acaba com o vereador Pedro Ferreira, o Pedro perceberá perfeitamente que eu aqui dirijo uma palavra de forma diferente ao vereador Jorge Giro, conhecemo-nos há muitos anos desde que começámos a ter assento neste órgão, eu mais tardeiamente do que o vereador, mas sempre tivemos aqui algo que em nós palpitava e que fazia precisamente a diferença, que era, estamos aqui em posições diferentes, com ideologias políticas diferentes, mas há uma coisa que é superior a tudo isso. Eu sempre disse e afirmei que é mais aquilo que nos une do que aquilo que nos separa e aquilo que nos separa são visões ideológicas, são as políticas muitas das vezes até de forma

desacertada dos partidos do ponto de vista nacional, nós representamos e conseguimos sempre separar aquilo que é nacional e aquilo que é local e privilegiamos sempre muito mais aquilo que é local em detrimento daquilo que é nacional e isso tem muito a ver com a forma com que saímos daqui a pouco por estas portas e como dizia o vereador e bem, independentemente das posições que cada um de nós tomou, saímos sempre de cabeça erguida, ouvindo as pessoas, porque é precisamente ouvindo as pessoas que conseguimos fazer mais e melhor trabalho e quero agradecer a todas as outras pessoas, a todas as outras equipas que diretamente comigo trabalharam, o meu gabinete de apoio, às unidades orgânicas que sempre manifestaram grande disponibilidade para que o nosso trabalho fosse relevante, sobretudo, para as pessoas que nós representamos.

Nós somos fruto das eleições, somos fruto das decisões que as populações tomam, somos aquilo que efetivamente as populações querem que seja e, portanto, é a elas que devemos este trabalho, estamos aqui por elas e, portanto, seguramente não deixaremos para trás ninguém, como eu costumo dizer, porque elas no fundo são a razão da nossa existência.

Este foi um caminho longo que percorremos com penalizações agudizantes, que aqui já referimos, para a nossa família, como é do domínio público eu tenho três crianças pequeninas que a esta hora provavelmente já devem estar a dormir e, portanto, não terão oportunidade de falar comigo eu também não terei oportunidade de falar com eles, não deixarei de lhes dar um beijo e desejar-lhes boa noite, apesar de que não me vão ouvir. Amanhã vou estar um bocadinho mais cansado do que estava antes daqui chegar e, portanto, provavelmente, o meu sentido de humor para com eles não vai ser aquilo que eles desejariam nas primeiras horas da manhã, mas quem corre por gosto não cansa e há pouco o vereador Pedro Ferreira dizia uma coisa muito pertinente que é, ser autarca, representar o poder local estar próximo das pessoas, ter esta possibilidade de resolver os problemas das nossas populações não está efetivamente ao alcance de todos e fomos abençoados para que pudéssemos nós estar aqui a dar o nosso contributo, não apenas e só nós que somos executivo que estamos aqui permanentemente todos os dias mas também estes dois, estas duas figuras, que hoje nos deixam do ponto de vista institucional, é importante aquilo que também com eles aprendemos ao longo destes 4 anos, muitas das vezes quem apresenta uma proposta vem convicto de que aquela é a melhor solução e muitas das vezes temos a necessidade de dar um passo atrás para depois darmos dois em frente e eu chamo a isso

humildade de reconhecer que nem tudo o que dizemos, nem tudo o que fazemos é o mais correto, mas aquilo que está no nosso coração. Eu disse, não tenho dúvidas é de facto podemos ou querermos conseguir dar mais para que a nossa terra seja efetivamente um exemplo. Eu acho que não consigo olhar para aquilo que hoje é Alcochete e firmar-me apenas e só naquilo que foram estes 4 anos ou naquilo que foram estes 8 anos, tudo isto teve um início tudo isto teve um começo e esse começo foi logo imediatamente a seguir ao 25 de Abril de 1974 e há pouco eu falava nem a propósito, de 3 homens grandes da nossa democracia com opiniões completamente antagónicas, Francisco Sá Carneiro, Mário Soares e Álvaro Cunhal, mas foram pessoas que me inspiraram sempre pelos princípios pelos valores, pela forma educada com que se conseguia discutir com urbanidade, com carisma e, sobretudo, com educação e respeito que é uma coisa que hoje tende a desaparecer cada vez mais na nossa sociedade e, portanto, que estas 3 figuras e outras seguramente que se lhes seguiram sejam para nós fonte de inspiração no trabalho que naturalmente queremos continuar por isso é que também sou candidato, caso contrário teria um discurso diferente.

Termino esta reunião agradecendo a todas e todos aqueles que possibilitaram estas reuniões, os nossos técnicos, os nossos trabalhadores, dizer que é um gosto servir a minha terra, é uma responsabilidade acrescida, porque estamos em permanente contacto com a população, as pessoas como dizia a senhora vice-presidente sabem onde nós moramos, quais são os estabelecimentos comerciais que frequentamos, onde é que os nossos filhos estudam, onde é que nos podem encontrar e isso aumenta efetivamente o grau de responsabilidade para nós, mas quem corre por gosto dizia eu há pouco, não cansa e, estarmos sujeitos, expostos a tudo isto desde que haja efetivamente respeito, desde que haja consideração, as pessoas não têm que andar connosco ao colo, as pessoas podem e devem criticar quando têm o que fazer, mas com elevação, com educação respeitando aquilo que foram os princípios que herdei nos meus pais que infelizmente não estão já comigo, mas seguramente têm um orgulho imenso no caminho que fiz, um caminho de seriedade, de honestidade, de respeito para com as pessoas e portanto, hoje encerramos aqui este ciclo e eu termino como sempre tenho terminado as reuniões, talvez até pela minha formação jornalística, mas dizendo assim que desse lado da câmara nos acompanha, foi um gosto deste lado estar a trabalhar com todos estes que aqui estão ao meu lado durante este mandato que agora finda, seguramente nos veremos em breve, até lá a continuação de uma boa noite e obrigado por tudo que nos deram de modo a que possamos também nós retribuir

à nossa terra aquilo que fomos herdando das múltiplas opiniões, das múltiplas críticas, dos múltiplos ralhetes, como dizia o vereador Pedro Lavrado, é assim que se faz o caminho e o caminho faz-se caminhando e cá estaremos neste caminho, que é o caminho de todos para todos. Obrigado.»

## **ENCERRAMENTO**

E nada mais havendo a tratar, pelas 22:05 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Carla Oliveira, técnica superior, subscrevo e assino.